



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Secretaria de Auditoria Interna

**RELATÓRIO DA AUDITORIA COORDENADA DO CONSELHO NACIONAL DE
JUSTIÇA/PODER JUDICIÁRIO – GOVERNANÇA E GESTÃO DE TECNOLOGIA
DA INFORMAÇÃO – EXERCÍCIO 2017 (PAA2018)**

Salvador – BA
Agosto/2018



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Secretaria de Auditoria Interna

RELATÓRIO DA AUDITORIA COORDENADA DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA/PODER JUDICIÁRIO – GOVERNANÇA E GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – EXERCÍCIO 2017 (PAA2018)

Relatório da Auditoria Coordenada do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)/Poder Judiciário – Exercício 2017, consoante previsão inserta no Plano Anual de Auditoria da Coordenadoria de Auditoria (COAUD) referente a 2018 (PAA2018), aprovado por meio da Portaria da Presidência desta Casa nº 602, de 27 de novembro de 2017, realizada, de forma compartilhada, pelas Seções de Auditoria de Governança e Gestão Organizacional (SEAGO) e de Auditoria de Licitações e Contratos (SEALIC), com o objetivo avaliar a adesão do TRE-BA aos conteúdos estabelecidos para governança e gestão de TI.

Elaboração: SEAGO e SEALIC.

Auditores Internos: Andréa Barbosa de Argôlo;
Ângela Roberta Esquerdo Gonzaga;
Antonio Fernando dos Santos Paixão;
Arlete Alves Ribeiro de Carvalho;
Eduardo Machado Oliveira;
Geraldo Majella Nunes de Moura;
Maria Regina Ribeiro Santana; e
Ricardo Nascimento Cantharino.

Salvador – BA
Agosto/2018



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Secretaria de Auditoria Interna

RESUMO

1. A Secretaria de Auditoria Interna (SAU), por intermédio da Coordenadoria de Auditoria (COAUD) e das Seções de Auditoria de Governança e Gestão Organizacional (SEAGO) e de Auditoria de Licitações e Contratos (SEALIC), realizou, no período compreendido entre 23/3 e 29/6/2018, a Auditoria Coordenada do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)/Poder Judiciário – Governança e Gestão de Tecnologia da Informação (TI), consoante previsão inserta no Plano Anual de Auditoria da COAUD referente a 2018 (PAA2018), aprovado por meio da Portaria da Presidência desta Casa nº 602, de 27 de novembro de 2017, com o objetivo de avaliar os conteúdos estabelecidos para a governança e gestão de TI, considerando projetos, processos, riscos e resultados.
2. Constituíram objetivos específicos da sobredita auditoria, consoante Programa de Auditoria padronizado pelo CNJ e respectivas questões de auditoria propostas, avaliar: as políticas e diretrizes definidas para a governança e gestão de TI; o suporte apropriado à governança e à gestão de TI pelos planos estratégicos institucional e de TI; o gerenciamento das necessidades relacionadas ao desenvolvimento de pessoas e à força de trabalho da área de TI; o gerenciamento dos processos de gestão de TI; a execução do processo de planejamento de contratação de TI, conforme disposto na Resolução CNJ nº 182, de 17 de outubro de 2013; o dimensionamento dos resultados apresentados pela TI; e a realização de exames de auditoria na área de TI, pela Unidade de Auditoria Interna com a finalidade de aferir o estágio da governança e da gestão de TI.
3. Constituíram principais critérios referenciais para delimitação de achados de auditoria: a Resolução CNJ nº 182/2013, que dispõe sobre diretrizes para as contratações de Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação pelos órgãos do Poder Judiciário; a Resolução CNJ nº 198, de 1º de julho de 2014, que dispõe sobre o planejamento e a gestão estratégica no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências; a Resolução CNJ nº 211, de 15 de dezembro de 2015, que institui a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD); a Resolução do Tribunal Superior Eleitoral nº 23.501, de 19 de dezembro de 2016, que institui a política de segurança da informação, no âmbito da Justiça Eleitoral; o Acórdão TCU nº 1.233/2012 – Plenário, referente ao relatório consolidado das ações do Tema de Maior Significância (TMS) 6/2010, cujo objeto consistiu em avaliar se a gestão e o uso da TI estavam de acordo com a legislação e aderentes às boas práticas de governança de TI; o Acórdão TCU nº 2.585/2012 – Plenário – referente ao relatório de levantamento decorrente da avaliação da governança de TI na Administração Pública Federal (APF); o Acórdão TCU nº 2.308/2010 – Plenário, atinente ao relatório de levantamento destinado a verificar a evolução, em relação à situação detectada em procedimento similar realizado em 2007, da governança de TI, no âmbito da APF; o Acórdão TCU nº 1.603/2008 – Plenário, que consolidou informações acerca dos processos de aquisição de bens e serviços de TI, de segurança da informação, de gestão de recursos humanos de TI e das principais bases de dados e sistemas da APF; o Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências; a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regula o acesso à informação, no âmbito da

Administração Pública; a Norma Complementar nº 5/IN01/DSIC/GSIPR, que dispõe sobre a criação de Equipes de Tratamento e Resposta a Incidentes em Redes Computacionais (ETIR); o Referencial Básico de Governança do Tribunal de Contas da União (TCU), versão 2, 2014, que define estrutura referencial de governança aplicável a órgãos e entidades da Administração Pública; e o Guia de Boas Práticas em Contratação de Soluções de TI do TCU, versão 1.0, 2012.

4. Para condução e fundamentação dos trabalhos, utilizou-se, ainda, o referencial teórico/metodológico correspondente aos modelos: COBIT 5, que permite que a TI seja governada e gerida de forma holística para toda a organização; PMBOK, que consiste em uma coletânea de melhores práticas que descreve o universo de conhecimentos para o gerenciamento de projetos; ITIL, conjunto de boas práticas para serem aplicadas na infraestrutura, operação e gerenciamento de serviços de TI; ABNT NBR ISO 31000:2009, que fornece princípios e diretrizes genéricas para a gestão de riscos; ABNT NBR ISO 38500:2009, que oferece princípios para os dirigentes das organizações sobre o uso eficaz, eficiente e aceitável da TI; ABNT NBR ISO 12207:2009, que estabelece uma estrutura comum para processos de ciclo de vida de *software*, com terminologia bem definida, que pode ser referenciada pela indústria de *software*; ABNT NBR ISO 20000-2:2013, que fornece exemplos e sugestões para permitir que as organizações interpretem e apliquem a ABNT NBR ISO/IEC 20000-1, incluindo referências a outras partes da ABNT NBR ISO/IEC 20000 e outras normas pertinentes; ABNT NBR ISO 27005:2011, que fornece diretrizes para o processo de gestão de riscos de segurança da informação; ABNT NBR ISO 27002:2013 (antigo padrão 17799:2005), que estabelece diretrizes e princípios gerais para iniciar, implementar, manter e melhorar a gestão de segurança da informação em uma organização; ABNT NBR ISO 27001:2013, que especifica os requisitos para estabelecer, implementar, manter e melhorar continuamente um sistema de gestão da segurança da informação dentro do contexto da organização; e ABNT NBR ISO 22313:2015, que fornece orientação com base em boas práticas internacionais para o planejamento, criação, implantação, operação, monitoramento, análise crítica, manutenção e melhoria contínua de um sistema de gestão documentado, que permite que as organizações se preparem para responder e se recuperar de incidentes de interrupção.
5. Assim, analisadas as fontes de informação selecionadas e interpretados os resultados dos testes aplicados ao longo da presente ação fiscalizatória, observadas questões de auditoria padronizadas pelo CNJ, concluiu-se pela subsistência das seguintes fragilidades: deficiência de incentivos para desenvolvimento e retenção de pessoal, bem como de critérios para seleção de líderes de TI; ausência de efetiva comunicação com partes interessadas acerca de decisões e resultados de TI; ausência de revisão do PETI 2016-2021 e mensuração do respectivo desempenho; ausência de mapeamento das competências necessárias para o pessoal de TI; ausência de acompanhamento dos resultados do Plano Anual de Capacitação de TI; deficiente acompanhamento do desempenho do pessoal de TI; indefinição de perfil quantitativo e qualitativo ideal da força de trabalho de TI; insuficiente formalização de processos de gerenciamento de TI; ausência de gerenciamento de riscos de TI; insuficiente avaliação de desempenho dos serviços de TI; insuficiente formalização de processos de gestão da segurança da informação; ausência de utilização de metodologia de gerenciamento de projetos institucional na condução dos projetos de TI; deficiente utilização do Documento de Oficialização da Demanda (DOD) nas contratações de solução de TI objeto da amostra; deficiente formalização de estudos técnicos preliminares nas contratações de solução de

TI objeto da amostra; e implantação incompleta das ações previstas para os Grupos 1 e 2 do Plano de Trabalho a que se refere o art. 29, da Resolução CNJ nº 211/2015.

6. Necessário consignar ainda que, observadas ações executadas no decorrer do presente trabalho de auditoria, verificou-se a implementação de avanços tendentes a aperfeiçoar o processo auditado, com a elisão dos seguintes achados preliminarmente evidenciados:
 - a) ausência de formalização de sistema, política ou processo de gestão de riscos organizacional, elidido através da publicação das Resoluções Administrativas TRE-BA nº 16 e 17/2018; b) ausência de Plano Diretor de Tecnologia da Informação, afastado através da publicação da Portaria da Diretora-Geral nº 75/2018; c) ausência de formalização de processo de *software*, elidido por meio da publicação da Portaria da Presidência nº 80/2018; d) ausência de Escritório de Projetos de TI ou unidade que realize atividades equivalentes, afastado por meio da publicação da Resolução Administrativa TRE-BA nº 17/2018; e) ausência de realização de exames de auditoria na área de governança e gestão de TIC nos exercícios de 2015, 2016 e 2017, considerando inclusão, no PAA2018, da presente auditoria na área de governança e gestão de TIC; f) ausência de formalização de Plano de Continuidade de Serviços Essenciais de TI, afastado por meio da publicação da Portaria da Diretoria-Geral nº 92/2018; g) ausência de formalização de Acordo de Nível de Serviço (ANS) para os serviços de TI, elidido por meio da publicação da Portaria da Diretoria-Geral nº 91/2018; h) insuficiente atuação da Comissão Tática de TI relativamente às finalidades e atribuições estabelecidas em seu ato constitutivo, afastado em virtude de registro da atuação do CGestic de acordo com o previsto no art. 33 da Resolução Administrativa TRE-BA nº 17/2018; e i) insuficiente atuação da Comissão de Segurança da Informação, em face das atribuições previstas no art. 23, da Resolução TSE nº 23.501/2016, elidido considerando registro de sua atuação em consonância com as competências elencadas no art. 36 da Resolução Administrativa TRE-BA nº 17/2018.
7. Objetivando o saneamento das fragilidades detectadas e não elididas no curso da auditoria, restaram propostos encaminhamentos saneadores visando à: apresentação de plano de ação contemplando iniciativas a serem desenvolvidas com vistas a assegurar a implementação do quanto disposto na Política de Gestão de Pessoas de TI do TRE-BA; mensuração dos índices estabelecidos no caderno de indicadores associados ao PETI 2016-2021, com o devido reporte e divulgação dos resultados apurados; instituição de rotina destinada a assegurar a divulgação, às partes interessadas, de diretrizes e decisões afetas à governança e gestão de TI; formalização dos processos de gerenciamento do portfólio de serviços, de eventos e de acesso; elaboração do Plano de Tratamento de Riscos de TI; elaboração de planos táticos e operacionais da área de TI alinhados ao quanto previsto no PEI e PETI 2016-2021, com o acompanhamento da sua execução; elaboração de Plano de Continuidade de Negócios; elaboração de minuta de normativo destinado a regulamentar o uso de recursos criptográficos; atualização do Manual de Planejamento de Contratações de Soluções de TIC do TRE-BA; asseguarção de utilização de Documento de Oficialização da Demanda (DOD), bem como de elaboração de estudos preliminares referentes à contratação de Solução de TIC, exceto, quanto a estes últimos, nas hipóteses estritamente enquadradas nos permissivos de dispensa elencados na Resolução CNJ nº 182/2013; e asseguarção do efetivo acompanhamento e cumprimento das iniciativas do Plano de Trabalho a que se refere o art. 29, da Resolução CNJ nº 211/2015.

8. A apresentação dos resultados da presente auditoria, com a sinalização de diagnóstico e proposição de encaminhamentos saneadores, representa, para a Alta Administração do TRE-BA, relevante oportunidade de aperfeiçoamento da governança e gestão de TI e aprimoramento das respectivas sistemáticas de controle, a fim de assegurar maior conformidade, eficiência, eficácia, economicidade e transparência à gestão e uso de TI, maximizando, assim, o desempenho da referida área, estratégica para a concretização da missão e o alcance da visão de futuro organizacionais.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Secretaria de Auditoria Interna

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	ACHADOS DE AUDITORIA	12
3	BOAS PRÁTICAS DE GESTÃO.....	55
4	CONCLUSÕES.....	55
5	PROPOSTAS DE ENCAMINHAMENTO	57



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Secretaria de Auditoria Interna

1 INTRODUÇÃO

1.1 Deliberação originária:

1.1.1 A Auditoria Coordenada do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)/Poder Judiciário – Exercício 2017, restou prevista no Plano Anual de Auditoria da Coordenadoria de Auditoria (COAUD) referente a 2018 (PAA2018), aprovado por meio da Portaria da Presidência do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia (TRE-BA) nº 602, de 27 de novembro de 2017, e foi realizada pelas Seções de Auditoria de Governança e Gestão Organizacional (SEAGO) e de Auditoria de Licitações e Contratos (SEALIC) com o objetivo de avaliar os conteúdos estabelecidos para a governança e gestão de Tecnologia da Informação (TI), considerando projetos, processos, riscos e resultados.

1.2 Visão geral do objeto:

1.2.1 O Sistema de Governança e Gestão de TIC (SGTIC) do TRE-BA restou formalizado por meio da Resolução Administrativa TRE-BA nº 17, de 13 de junho de 2018, contemplando princípios, políticas, diretrizes, estruturas, papéis e responsabilidades referentes à governança e gestão de TIC, no âmbito organizacional.

1.2.2 No TRE-BA, as decisões de nível estratégico relacionadas à TI constituem competência atribuída à Alta Administração, ao Conselho de Governança e ao Comitê de Governança de TIC (CGovTIC), órgão colegiado de natureza deliberativa e de caráter permanente, sucessor do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação (CGTI), instituído por meio da Resolução Administrativa nº 13, de 27 de agosto de 2014.

1.2.3 Por outro lado, as decisões de nível tático referentes à TIC, constituem competência atribuída à Secretaria de Tecnologia da Informação (STI), Coordenadoria da STI e Comissões Táticas de TIC, incluído o Comitê de Gestão de TIC (CGesTIC), órgão colegiado de natureza deliberativa e de caráter permanente, sucessor da Comissão Tática de TI (CTTI), instituída por meio da Portaria do Diretor-Geral nº 34, de 4 de março de 2016.

1.2.4 Paralelamente, as decisões de nível operacional afetas à TIC, constituem competência reservada às Coordenadorias e Seções integrantes da STI.

1.2.5 Os direcionadores estratégicos para a área de TIC – missão, visão, valores e atributos de valor para a sociedade – encontram-se formalizadas no Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI), aprovado, para o período 2016-2021, por meio da Portaria da Presidência nº 634, de 17 de outubro de 2016, contemplando dez objetivos estratégicos distribuídos em quatro perspectivas, quais sejam: “Contribuição ao Negócio”, “Orientação aos Usuários”, “Excelência Operacional” e “Orientação ao Futuro”.

1.2.6 Registre-se que, não obstante transcurso de dois anos da instituição do sobredito instrumento de planejamento, a formalização do correspondente caderno de indicadores e metas de medição restou viabilizada apenas no presente exercício, por meio da Resolução Administrativa TRE-BA nº 21, de 28 de junho de 2018, não se verificando, portanto, mensuração do desempenho da estratégia de TI ou revisão do quanto originalmente planejado, até a data de expedição do presente relatório.

- 1.2.7 No que tange às contratações de Solução de Tecnologia da Informação (STIC), verificou-se regulamentação do processo de contratação previsto na Resolução CNJ nº 182/2013, no âmbito organizacional, por meio da Portaria do Diretor-Geral nº 179, de 3 de novembro de 2015, que aprovou o Manual de Contratações de Soluções de TIC do TRE-BA.
- 1.2.8 No que concerne à estrutura organizacional afeta à área de TIC, faz-se necessário registrar reestruturação administrativa da Secretaria do Tribunal processada por meio da Resolução Administrativa TRE-BA nº 12, de 30 de maio de 2018, que procedeu à redução da estrutura da Secretaria de Tecnologia da Informação às seguintes unidades: Gabinete; Coordenadoria de Soluções Corporativas e Infraestrutura (COSINF), integrada por quatro Seções – de Banco de Dados (SEBDA); de Infraestrutura Tecnológica (SEINFRA); de Soluções Corporativas (SEDESC); e de Teste e Qualidade de Sistemas (SETEC) –; e Coordenadoria de Equipamento e Suporte (COSUP), integrada, também, por quatro Seções – de Equipamentos de Informática (SEQUIP); de Microinformática (SEMIN); de Suporte ao Usuário (SESAU); e de Urna Eletrônica (SEUEL).
- 1.2.9 Esclareça-se que o escopo da auditoria foi definido pelo CNJ, restando circunscrito aos conteúdos dos planos de tecnologia da informação, dos controles de governança, de gestão, de riscos e de resultados de TI.
- 1.2.10 A análise das referidas temáticas restou norteada pelas seguintes questões de auditoria: Q1 – Existem políticas e diretrizes definidas para a governança e gestão de TI?; Q2 – Os planos estratégicos institucional e de TI fornecem suporte apropriado à governança e à gestão de TI?; Q3 – As necessidades relacionadas ao desenvolvimento de pessoas e à força de trabalho da área de TI são gerenciadas?; Q4 – Os processo de gestão de TI são gerenciados?; Q5 – O processo de planejamento de contratação de TI está sendo executado de acordo com o disposto na Resolução CNJ nº 182/2013?; Q6 – Os resultados apresentados pela TI são dimensionados?; e Q7 – A Unidade de Auditoria Interna (UAI) realiza exames de auditoria na área de TI para aferir o estágio da governança e da gestão de TI?
- 1.2.11 Paralelamente, para definição da amostra a ser analisada, tomou-se como base o Programa de Auditoria (PA) disponibilizado pelo CNJ, especificamente o item 7.5.1, o qual definiu que deveriam ser avaliados os três processos de contratação de STIC de maior valor, referentes ao exercício 2017.
- 1.2.12 Assim, consideradas as informações prestadas pela Secretaria de Gestão Administrativa (SGA), no PAD nº 4.067/2018, Doc. nº 57.925/2018, em resposta à RDI nº 14/2018/SEAUD/COGES/SCI, com indicação das contratações firmadas no exercício de referência, com sinalização dos respectivos valores, inclusive aditivos, definiu-se que a amostra restaria integrada pelas seguintes contratações:
- 1.2.12.1 PAD nº 6.714/2017, referente à contratação de empresa especializada na prestação de serviços de suporte técnico de informática para atuação nos Postos de Cadastramento Biométrico Extraordinário e Cartórios Eleitorais do Estado da Bahia, que resultou na assinatura dos Contratos nº 93 e 111/2017, totalizando R\$ 690.995,26 (seiscentos e noventa mil, novecentos e noventa e cinco reais e vinte e seis centavos);
- 1.2.12.2 PAD nº 5.022/2017, relativo à contratação de serviço de renovação de licenças de suporte técnico do Sistema Operacional Red Hat Linux do Datacenter do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia (Contrato nº 110/2017), no valor total de R\$ 211.009,00 (duzentos e onze mil e nove reais); e

- 1.2.12.3 PAD nº 2.266/2017, cujo objeto consistiu na contratação de serviço de locação de *notebooks*, incluindo a prestação dos serviços de manutenção corretiva, a fim de atender às atividades do recadastramento biométrico no Estado da Bahia (Contrato nº 35/2017), no valor de R\$ 141.000,00 (cento e quarenta e um mil reais) e termo aditivo de alteração quantitativa representativo de acréscimo de R\$ 34.609,09 (trinta e quatro mil, seiscentos e nove reais e nove centavos), perfazendo R\$ 175.609,09 (cento e setenta e cinco mil, seiscentos e nove reais e nove centavos).
- 1.2.13 Esclareça-se que, posteriormente à definição da amostra, durante a fase de execução da auditoria, detectou-se que as contratações formalizadas por meio de nota de empenho não haviam sido contempladas na lista originalmente fornecida à equipe de auditoria designada, fazendo-se necessário, portanto, proceder à incorporação das contratações faltantes, bem como à reclassificação dos feitos, observada a materialidade.
- 1.2.14 Nesse sentido, consideradas as informações complementares encaminhadas pela SGA (Doc. nº 111.303/2018), observado o critério definido pelo CNJ – volume de recursos envolvidos –, restou integrado à amostra anteriormente selecionada o PAD nº 1.388/2017, referente a registro de preços para atualização do parque de informática do Tribunal, que deu origem a contratações no valor de R\$ 596.249,36 (quinhentos e noventa e seis mil, duzentos e quarenta e nove reais e trinta e seis centavos).
- 1.2.15 Assim, em conjunto, as quatro contratações perfizeram o montante de R\$ 1.673.862,71 (um milhão, seiscentos e setenta e três mil, oitocentos e sessenta e dois reais e setenta e um centavos), representando 76,33% do montante anual dispendido pelo Tribunal com contratações de solução de TI, em 2017, qual seja, R\$ 2.192.848,47 (dois milhões, cento e noventa e dois mil, oitocentos e quarenta e oito reais e quarenta e sete centavos).
- 1.2.16 Constituíram principais critérios referenciais para delimitação de achados de auditoria: a Resolução CNJ nº 182/2013, que dispõe sobre diretrizes para as contratações de Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação pelos órgãos do Poder Judiciário; a Resolução CNJ nº 198, de 1º de julho de 2014, que dispõe sobre o planejamento e a gestão estratégica no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências; a Resolução CNJ nº 211, de 15 de dezembro de 2015, que institui a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD); a Resolução do Tribunal Superior Eleitoral nº 23.501, de 19 de dezembro de 2016, que institui política de segurança de informação, no âmbito da Justiça Eleitoral; o Acórdão TCU nº 1.233/2012 – Plenário, referente ao relatório consolidado das ações do Tema de Maior Significância (TMS) 6/2010, cujo objeto consistiu em avaliar se a gestão e o uso da TI estavam de acordo com a legislação e aderentes às boas práticas de governança de TI; o Acórdão TCU nº 2.585/2012 – Plenário – referente ao relatório de levantamento decorrente da avaliação da governança de TI na Administração Pública Federal (APF); o Acórdão TCU nº 2.308/2010 – Plenário, atinente ao relatório de levantamento destinado a verificar a evolução, em relação à situação detectada em procedimento similar realizado em 2007, da governança de TI no âmbito da APF; o Acórdão TCU nº 1.603/2008 – Plenário, que consolidou informações acerca dos processos de aquisição de bens e serviços de TI, de segurança da informação, de gestão de recursos humanos de TI e das principais bases de dados e sistemas da APF; o Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências; a Lei nº

12.527, de 18 de novembro de 2011, que regula o acesso à informação, no âmbito da Administração Pública; a Norma Complementar nº 5/IN01/DSIC/GSIPR, que dispõe sobre a criação de Equipes de Tratamento e Resposta a Incidentes em Redes Computacionais (ETIR); o Referencial Básico de Governança do Tribunal de Contas da União (TCU), versão 2, 2014, que define estrutura referencial de governança aplicável a órgãos e entidades da Administração Pública; e o Guia de Boas Práticas em Contratação de Soluções de TI do TCU, versão 1.0, 2012.

1.2.17 Para condução e fundamentação dos trabalhos, utilizou-se, ainda, o referencial teórico/metodológico correspondente aos modelos: COBIT 5, que permite que a TI seja governada e gerida de forma holística para toda a organização; PMBOK, que consiste em uma coletânea de melhores práticas que descreve o universo de conhecimentos para o gerenciamento de projetos; ITIL, conjunto de boas práticas para serem aplicadas na infraestrutura, operação e gerenciamento de serviços de TI; ABNT NBR ISO 31000:2009, que fornece princípios e diretrizes genéricas para a gestão de riscos; ABNT NBR ISO 38500:2009, oferece princípios para os dirigentes das organizações sobre o uso eficaz, eficiente e aceitável da TI; ABNT NBR ISO 12207:2009, que estabelece uma estrutura comum para processos de ciclo de vida de software, com terminologia bem definida, que pode ser referenciada pela indústria de software; ABNT NBR ISO 20000-2:2013, que fornece exemplos e sugestões para permitir que as organizações interpretem e apliquem a ABNT NBR ISO/IEC 20000-1, incluindo referências a outras partes da ABNT NBR ISO/IEC 20000 e outras normas pertinentes; ABNT NBR ISO 27005:2011, que fornece diretrizes para o processo de gestão de riscos de segurança da informação; ABNT NBR ISO 27002:2013 (antigo padrão 17799:2005), que estabelece diretrizes e princípios gerais para iniciar, implementar, manter e melhorar a gestão de segurança da informação em uma organização; ABNT NBR ISO 27001:2013, que especifica os requisitos para estabelecer, implementar, manter e melhorar continuamente um sistema de gestão da segurança da informação dentro do contexto da organização; e ABNT NBR ISO 22313:2015, que fornece orientação com base em boas práticas internacionais para o planejamento, criação, implantação, operação, monitoramento, análise crítica, manutenção e melhoria contínua de um sistema de gestão documentado, que permite que as organizações se preparem para responder e se recuperar de incidentes de interrupção.

1.3 Objetivo:

1.3.1 A ação fiscalizatória sob exame teve por objetivo avaliar os conteúdos estabelecidos para a governança e gestão de TI, considerando projetos, processos, riscos e resultados de TI em comparação com normativos e padrões internacionalmente aceitos sinalizados nos subitens 1.2.16 e 1.2.17.

1.3.2 Constituíram objetivos específicos da sobredita auditoria, consoante Programa de Auditoria padronizado pelo CNJ e respectivas questões de auditoria propostas, avaliar: as políticas e diretrizes definidas para a governança e gestão de TI; o suporte apropriado à governança e à gestão de TI pelos planos estratégicos institucional e de TI; o gerenciamento das necessidades relacionadas ao desenvolvimento de pessoas e à força de trabalho da área de TI; o gerenciamento dos processos de gestão de TI; a execução do processo de planejamento de contratação de TI, conforme disposto na Resolução CNJ nº 182, de 17 de outubro de 2013; o dimensionamento dos resultados apresentados pela TI; e a realização de exames de auditoria na área de TI, pela Unidade de Auditoria Interna com a finalidade de aferir o estágio da governança e da gestão de TI.

1.4 Metodologia e limitações impostas ao exame:

- 1.4.1 O início dos trabalhos restou subsidiado pela expedição do Comunicado Circular de Auditoria nº 1/2018/COGES/SCI (PAD nº 8.079/2018), que inaugurou os procedimentos relativos à Auditoria de Gestão 2018 – Exercício 2017, da qual a Auditoria Coordenada CNJ/Poder Judiciário – Exercício 2018 – constituiu parte integrante.
- 1.4.2 Para obtenção de entendimento acerca do objeto, ambiente e controle interno, foram expedidas Requisições de Documentos e/ou Informações (RDIs) sob nº 4 (circular), 14, 18, 19 e 24 a 33 e 37/2018/SEAUD/COGES/SCI, sendo aplicado questionário para levantamento de informações.
- 1.4.3 Registre-se que nenhuma limitação foi imposta à execução dos trabalhos da presente auditoria.

1.5 Conformidade com as normas:

- 1.5.1 A Resolução Administrativa do TRE-BA nº 6, de 4 de maio de 2015, que regulamenta e estabelece as atividades de auditoria, inspeção administrativa e fiscalização, no âmbito da Secretaria do Tribunal e dos Cartórios das Zonas Eleitorais do Estado, e o respectivo manual de procedimentos, aprovado por meio da Portaria da Presidência do TRE-BA nº 87, de 15 de fevereiro de 2016, nortearam o desenvolvimento das atividades pertinentes.
- 1.5.2 Também orientaram os trabalhos realizados pela equipe de auditoria designada, a Resolução do CNJ nº 171, de 1º de março de 2013, que dispõe sobre normas técnicas de auditoria, inspeção administrativa e fiscalização, no âmbito do Poder Judiciário, e as normas de auditoria editadas pelo TCU (NATs) – Portaria TCU nº 280, de 8 de dezembro de 2010, alterada pela Portaria TCU nº 168, de 30 de junho de 2011. As Normas Internacionais para a Prática Profissional de Auditoria Interna (IPPF), editadas pelo Instituto de Auditores Internos (IIA), nortearam, também, as atividades desenvolvidas.

1.6 Benefícios estimados:

- 1.6.1 Espera-se que a apresentação do presente relatório auxilie o TRE-BA no aperfeiçoamento da governança e gestão de TIC, gestão do processo de trabalho auditado e instituição ou aprimoramento das respectivas sistemáticas de controle, a fim de assegurar maior conformidade, eficiência, eficácia, economicidade e transparência à gestão e uso de TI, maximizando, assim, o desempenho da referida área, estratégica para a concretização da missão e o alcance da visão de futuro organizacionais.

2 ACHADOS DE AUDITORIA

2.1 Ultimadas as etapas reservadas ao exame, análise e cotejo de documentos, registros e demais fontes de informações consideradas, observados os critérios referenciais utilizados, restaram evidenciados os seguintes achados de auditoria:

2.1.1 Ausência de formalização de sistema, política ou processo de gestão de riscos organizacional ou de TI.

2.1.1.1 *Situação encontrada:*

- 2.1.1.1.1 Não se evidenciou formalização de sistema, política ou processo de gestão de riscos de TI, no âmbito organizacional. Não obstante, verificou-se apresentação de minuta de resolução com o propósito de instituir sistema de gestão de riscos

corporativos, inclusive daqueles afetos à segurança da informação, contemplando princípios, diretrizes, objetivos, estrutura, papéis e responsabilidades, bem como processo de trabalho associado.

- 2.1.1.1.2 Registre-se, contudo, adoção de iniciativas com vistas à implementação do gerenciamento de riscos inerentes a aspectos relevantes da área de TI, bem como de segurança da informação, quais sejam: identificação, análise e avaliação de riscos afetos à prestação de serviços de TI e execução da estratégia de TIC, constante do PETI 2016-2021, p. 29/32; manualização do processo de contratação de Soluções de Tecnologia da Informação (Portaria do Diretor-Geral nº 179, de 3 de novembro de 2015), com previsão de etapa destinada à identificação, análise e avaliação de riscos, quando da elaboração dos estudos preliminares; instituição de controles de acesso a pastas e sistemas de informação, consoante Orientação FAQ#0000227; monitoramento de serviços e sistemas por intermédio da ferramenta Zabbix; e aprovação de políticas de *backup* de dados corporativos nos computadores dos cartórios eleitorais da Bahia (Portaria da Presidência nº 146, de 20 de março de 2014), e de dados da Secretaria do Tribunal (Portaria da Presidência nº 796, de 24 de setembro de 2013).
- 2.1.1.2 *Critério:*
- 2.1.1.2.1 ISO 31000:2009 - subitens 4.3 e 4.3.2; COBIT 5 – APO012 – Gerenciar os riscos de TI; art. 13º, da Resolução TSE nº 23.501/2016; e art. 17 da Resolução CNJ nº 182, de 17 de outubro de 2013.
- 2.1.1.3 *Causa:*
- 2.1.1.3.1 Cultura organizacional incipiente em gerenciamento de riscos com vistas a assegurar o alcance de objetivos e a continuidade do negócio.
- 2.1.1.4 *Efeito(s) (real ou potencial):*
- 2.1.1.4.1 Comprometimento da concretização da missão e alcance da visão de futuro institucionais, bem como dos direcionadores estabelecidos no PETI 2016-2021; deficiência na execução de projetos de TI; incapacidade de sustentar as operações da organização; redução no valor do negócio na área de TI; aplicação de recursos na área de TI de forma inadequada; não contratação de soluções de TI em tempo hábil ao atendimento à demanda do negócio; estabelecimento inadequado de prioridades para ações de TI, inclusive de segurança da informação; e vulnerabilidade do Órgão em virtude de perda ou comprometimento de informações em caso de interrupção de serviços por causas naturais ou intencionais.
- 2.1.1.5 *Evidência(s):*
- 2.1.1.5.1 PAD nº 13.847/2017, Docs. nº 219.519/2017 e 64.186/2018; PAD nº 14.283/2017, Doc. nº 200.180/2017; PETI 2016-2021, pag. 29/32; e Manual de Contratações de STIC organizacional, aprovado por meio da Portaria DG nº 179/2015.
- 2.1.1.6 *Esclarecimentos dos responsáveis:*
- 2.1.1.6.1 Em resposta à RDI nº 25/2018 (PAD nº 8.020/2018, Doc. nº 108.646/2018), a ASSESP registrou que foram aprovadas pela Corte deste Regional, em 13/6/2018, as minutas das Resoluções relativas à normatização de Governança e Gestão (PAD nº 4652/2018), de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (PAD nº 14283/2017) e de Gestão de Riscos (PAD nº 13847/2017), com previsão de serem publicadas no DJE de 15 de junho de 2018.
- 2.1.1.7 *Conclusão da equipe de auditoria:*
- 2.1.1.7.1 Tendo em vista a aprovação pela Corte deste Regional da Resolução nº 16, de 13 de junho de 2018, que instituiu o Sistema de Gestão de Riscos, no âmbito do TRE-BA, contemplando, inclusive, riscos de Segurança da Informação, e considerando,

ainda, sinalização expressa, no art. 15, inciso II, da Resolução Administrativa TRE-BA nº 17, de 13 de junho de 2018, que instituiu o Sistema de Governança e Gestão de TIC, no âmbito deste Tribunal, no sentido de aplicação complementar à governança e gestão de TIC, da política de gestão de riscos institucional, concluiu-se pela elisão do achado, fazendo-se desnecessária, portanto, a formulação de encaminhamento saneador.

2.1.2 Deficiência de incentivos para desenvolvimento e retenção de pessoal, bem como de critérios para seleção de líderes de TI.

2.1.2.1 *Situação encontrada:*

2.1.2.1.1 Embora tenha sido formalizada a Política de Gestão de Pessoas institucional, por meio da Resolução Administrativa TRE-BA nº 12, de 18 de dezembro de 2017, contemplando princípios e diretrizes gerais afetos à gestão de pessoas, no âmbito organizacional, inclusive no que tange ao desenvolvimento e retenção de pessoal, não se evidenciou implementação de diretrizes relacionadas à promoção de fixação de recursos humanos na STI, ou, ainda, a criação de cargos, especialidades e gratificação específicos para a referida unidade.

2.1.2.1.2 Registre-se, contudo, tramitação do Projeto de Lei nº 7.990, de 22 de setembro de 2014, que cria 32 cargos para a área de TI deste Regional.

2.1.2.1.3 Também não se evidenciou definição de critérios ou efetiva realização de processo formal de seleção de líderes para ocupação de cargos em comissão e funções comissionadas da área de TI.

2.1.2.2 *Critério(s):*

2.1.2.2.1 Art. 14, da Resolução CNJ nº 211/2015, Acórdão TCU nº 1.233/2012-Plenário, subitens 9.2.2, 9.2.9, 9.9.1, 9.11.2, 9.13.1, e 9.15.4; ISO 38500: 2009, subitem 3.7; e COBIT 5, APO07 – Gerenciar os Recursos Humanos de TI.

2.1.2.3 *Causa(s):*

2.1.2.3.1 Cultura incipiente organizacional no que concerne à adoção de medidas associadas à função de gestão de pessoas “reter talentos”; recente formalização de política de gestão de pessoas, no âmbito organizacional; insuficiência de processos que garantam que a organização tenha força de trabalho de TI apropriadamente preparada e com as habilidades necessárias para atingir os objetivos organizacionais; não implantação, na área de TI, das ações decorrentes do Projeto Gestão por Competências; ausência de mecanismos de verificação do alinhamento de ações de capacitação de TI com as prioridades do negócio; e ausência de acompanhamento da efetividade do quanto previsto no Plano Anual de Capacitação de TI.

2.1.2.4 *Efeito(s) (real ou potencial):*

2.1.2.4.1 Comprometimento da concretização da missão e alcance da visão de futuro institucionais, bem como dos direcionadores estabelecidos no PETI 2016-2021; quantitativo de pessoal insuficiente para manter os serviços de TI atuais e atender às necessidades das partes interessadas; deficiência na execução de projetos decorrente da insuficiência de pessoal ou, ainda, de pessoal capacitado; dependência de indivíduos sem vínculo com o Órgão para a execução de atividades críticas do negócio; rotatividade de pessoal com conseqüente perda do conhecimento organizacional; designação de gestores desprovidos de competências técnicas e comportamentais necessárias ao exercício de cargos e funções de direção; deficiência na profissionalização de gestores institucionais; indefinição quanto aos requisitos técnicos e comportamentais a serem atendidos para exercício de funções comissionadas e cargos em comissão; e desmotivação de pessoal.

- 2.1.2.5 *Evidência(s):*
- 2.1.2.5.1 Resolução Administrativa TRE-BA nº 12/2017; respostas da STI e SGP a questionário de auditoria (PAD nº 4.061/2018, Doc. nº 60.976/2018; e PAD nº 4.062/2018, Doc. nº 61.266/2018, respectivamente); e Projeto de Lei nº 7.990, de 22 de setembro de 2014.
- 2.1.2.6 *Esclarecimentos dos responsáveis:*
- 2.1.2.6.1 Em resposta à RDI nº 26/2018 (PAD nº 8.022/2018, Doc. nº 110.519/2018), a SGP informou que a concessão de gratificações pecuniárias aos servidores carece de legislação que a estabeleça. Ressaltou, ainda, que a criação de leis que estabeleçam gratificações pecuniárias para os servidores é atribuição do Congresso Nacional.
- 2.1.2.6.2 Esclareceu que a Secretaria de Gestão de Pessoas está realizando estudos a fim de verificar a viabilidade de instituição de alternativas ao estabelecimento de gratificações pecuniárias.
- 2.1.2.6.3 Informou que o Programa de Qualidade de Vida (PAD nº 6.471/2018) estabelece cronograma relativo à implementação de ação voltada ao reconhecimento dos servidores em alternativa ao estabelecimento da gratificação pecuniária.
- 2.1.2.6.4 Quanto à definição de critérios e realização de processo formal de seleção de líderes, informou que este Regional realiza seleção com a instituição formal de critérios para escolha de servidores ocupantes de FC-1.
- 2.1.2.6.5 Em resposta à RDI Circular nº 7/2018 (PAD nº 9.842/2018, Doc. nº 133.555/2018), a SGP acrescentou que a Resolução Administrativa nº 22, de 16 de julho de 2018, institui as competências gerenciais necessárias para ocupação de cargos e funções gerenciais no âmbito do TRE-BA.
- 2.1.2.7 *Conclusão da equipe de auditoria:*
- 2.1.2.7.1 Preliminarmente, registre-se formalização de Política de Gestão de Pessoas de TI, por meio da Resolução Administrativa TRE-BA nº 18, de 20 de junho de 2018 (PAD nº 8734/2018, Doc. nº 111.987/2018), contemplando princípios, diretrizes e objetivos afetos à gestão de pessoas de TI.
- 2.1.2.7.2 Esclareça-se que, da análise do inteiro teor da referida minuta, observou-se previsão de diretrizes afetas à valorização e reconhecimento (arts. 2º, inciso II, e 3º, inciso VI), gestão e retenção de talentos (arts. 2º, inciso VII, e 3º, inciso II), desenvolvimento de competências (arts. 2º, incisos IV e VI, e 5º), estrutura organizacional (art. 4º), força de trabalho ideal e mínima (art. 4º, §2º), avaliação de desempenho (art. 5º, parágrafo único), critérios objetivos para designação de servidores para o exercício de cargo em comissão e função comissionada (art. 6º) e análise da rotatividade e evasão de servidores (art. 7º).
- 2.1.2.7.3 Acrescente-se a publicação da Resolução Administrativa TRE-BA nº 22/2018, que institui competências gerenciais para ocupação de cargos em comissão e funções comissionadas, no âmbito deste Regional, incluindo CJs e FCs alocados na área de TIC, prevendo o acompanhamento de sua utilização referencial para indicação de gestores, pela Coordenadoria de Desenvolvimento e Educação (COEDE), vinculada à SGP.
- 2.1.2.7.4 Assim, em que pese a formalização de Política de Gestão de Pessoas organizacional (Resolução Administrativa TRE-BA nº 12/2017), de Política de Gestão de Pessoas de TI e de competências a serem atendidas pelos gestores, remanesce a carência de implementação de ações voltadas à concretização das diretrizes propostas, na área de TI, especialmente no que tange ao desenvolvimento e retenção de talentos, concluindo-se, assim, pela subsistência das fragilidades evidenciadas e respectivos riscos associados.

2.1.3 Ausência de diretrizes orientadoras e de efetiva comunicação com partes interessadas acerca de decisões e resultados de TI.

2.1.3.1 *Situação encontrada:*

2.1.3.1.1 Não se evidenciou registro, no instrumento de planejamento de longo prazo da área de TI (PETI 2016-2021), de diretriz atinente à comunicação de decisões e resultados da governança e gestão de TI para as partes interessadas (públicos interno e externo).

2.1.3.1.2 Ademais, não se evidenciou, do teor das atas de reuniões do CGTI, realizadas ao longo dos exercícios 2017 e 2018, deliberação acerca das diretrizes anteriormente mencionadas. Todavia, observou-se que a comunicação efetiva foi elencada como fator crítico para o sucesso no cumprimento dos objetivos estratégicos do PETI 2016-2021.

2.1.3.1.3 Acrescente-se que, não obstante transcurso de dois anos da instituição do PETI 2016-2021, ainda se encontra pendente de formalização o caderno de indicadores, inviabilizando a mensuração e comunicação dos respectivos resultados.

2.1.3.1.4 Registre-se que, em reunião, datada de 8/5/2018, o CGTI deliberou, no sentido de submeter a versão preliminar do Caderno de Indicadores e Metas do PETI à apreciação da Seção de Governança e de Gestão de Processos e da Qualidade (SEPROQ), previamente à apreciação da referida instância colegiada.

2.1.3.1.5 Registre-se, adicionalmente, que, em consulta ao Portal da Internet e Intranet organizacional, datada de 29/5/2018, não se evidenciou divulgação de decisões ou resultados afetos à área de TI, à exceção da versão original do PETI 2016-2021, disponível nos portais da Intranet e Internet.

2.1.3.2 *Critério(s):*

2.1.3.2.1 Inciso I, do art. 2º, da Resolução Administrativa TRE-BA nº 13/2014; COBIT 5, EDM05 - Assegurar transparência para as partes interessadas; e Acórdão TCU nº 2.585/2012 – Plenário, subitem 9.1.1.1.

2.1.3.3 *Causa(s):*

2.1.3.3.1 Cultura organizacional incipiente em orientação para resultados; ausência de formalização do caderno de indicadores de desempenho associados ao PETI 2016-2021; ausência de canal claro de comunicação, inclusive com o público externo, que fomente a transparência, o controle e a elevação da maturidade em TI.

2.1.3.4 *Efeito(s) (real ou potencial):*

2.1.3.4.1 Comprometimento da transparência da gestão do uso e dos recursos de TI; comprometimento da confiança das partes interessadas na governança corporativa de TI da organização; ausência de informação e orientação dos dirigentes quanto ao uso de TI em sua organização bem como quanto a oportunidades de melhoria e reais expectativas dos clientes ou partes interessadas; insuficiência de conhecimentos que permitam às partes interessadas cumprir as obrigações relativas ao uso de TI, bem como efetuar o devido controle social da gestão de TI; insatisfação dos clientes com a qualidade e desempenho das soluções de TI ofertadas; e inadequação da distribuição dos investimentos em TI em relação às necessidades das partes interessadas.

2.1.3.5 *Evidência(s):*

2.1.3.5.1 Atas de reuniões do CGTI, realizadas ao longo do exercício 2017; ata de reunião do CGTI, de 8/5/2018; PETI 2016-2021; resposta da STI ao questionário de auditoria (PAD 4.061/2018, Doc. nº 60.976/2018); resposta da STI à RDI nº 24/2018 (PAD nº 6.213/2018, Doc. nº 87.184/2018); versão preliminar do Caderno de Indicadores e Metas do PETI 2016-2021 (PAD nº 6.311/2018, Doc. nº

79.556/2018); informações sobre planejamento estratégico de TI divulgadas nos portais da Internet e Intranet do TRE-BA, disponíveis em <http://www.tre-ba.jus.br/o-tre/planejamento-estrategico/planejamento-estrategico-1> e <http://intranet.tre-ba.gov.br/institucional/gestao-estrategica/planejamento-estrategico-de-ti>, acesso em 29/5/2018.

2.1.3.6 *Esclarecimentos dos responsáveis:*

- 2.1.3.6.1 Em resposta à RDI nº 28/2018 (PAD nº 8.024/2018, Doc. nº 108.656/2018), a STI informou que o Caderno de Indicadores e Metas de Medição encontrava-se sob análise do CGTI. Acrescentou que o acompanhamento dos indicadores seria iniciado após a aprovação do caderno, de acordo com os períodos estabelecidos no referido documento, momento a partir do qual os resultados apurados seriam devidamente divulgados.
- 2.1.3.6.2 Em resposta à RDI nº 29/2018 (PAD nº 8.025/2018, Doc. nº 108.664/2018), a CTTI informou que tem conhecimento de iniciativa organizacional no sentido de criação de áreas específicas nas páginas do Tribunal na Internet e Intranet, destinadas à divulgação das diretrizes e decisões afetas ao planejamento e gestão de TI, onde será reunida a documentação produzida pela Comissão.
- 2.1.3.6.3 Em resposta à RDI nº 27/2018 (PAD nº 8.023/2018, Doc. nº 110.924/2018), a Presidente do CGovTIC, Comitê que sucedeu o CGTI, informou que o Caderno de Indicadores e Metas de Medição do desempenho de TIC foi apresentado ao CGovTIC pelo Comitê de Gestão de TIC (CGesTIC) e encontrava-se em fase de apreciação.
- 2.1.3.6.4 Informou, ainda, que a Coordenadoria de Planejamento, Estratégia e Gestão (COPEG) teceu considerações técnicas quanto à proposta de indicadores, conforme PAD nº 6.311/2018, tendo sido iniciada a discussão sobre a matéria durante a reunião do Comitê, ocorrida em 12/6/2018.
- 2.1.3.6.5 Registrou que, diante dos questionamentos apresentados por alguns integrantes do referido colegiado, houve necessidade de aprofundamento da discussão, o que teria impedido a apreciação completa do documento, com previsão de ser concluída na reunião marcada para o dia 19/6/2018.
- 2.1.3.6.6 Informou que, após a aprovação pelo CGovTIC, o caderno seria submetido à apreciação superior, na forma estabelecida no art. 29, I, da Resolução Administrativa nº 17/2018, acrescentando que, embora ainda não tivesse ocorrido a aprovação das metas de medição e ausência de revisão do Plano Estratégico de TIC (PETIC), o CGovTIC acompanhava o desempenho de TIC por meio das reuniões formais do Comitê, onde são apresentados relatórios e discutidas prioridades de demandas e investimentos na área.
- 2.1.3.6.7 Registrou, por fim, a recente iniciativa organizacional, no sentido de criação de espaços específicos, nas páginas do Tribunal na Internet e Intranet, destinados à divulgação das diretrizes e decisões afetas à Governança de TIC, onde seria publicada, de forma centralizada, a documentação produzida pelo CGovTIC, para conhecimento das partes interessadas.
- 2.1.3.6.8 Em resposta à RDI Circular nº 7/2018 (PAD nº 9.842/2018, Doc. nº 132.943/2018), a STI ratificou que as medições dos indicadores do PETIC seriam realizadas nos períodos estabelecidos no Caderno de Indicadores e Metas de Medição do Planejamento Estratégico de TIC, instituído pela Resolução Administrativa TRE-BA nº 21, de 28 de junho de 2018, publicada no DJE de 29/6/2018, sem prejuízo do seu regular acompanhamento. Ainda, que os resultados apurados seriam divulgados em local específico na Intranet e Internet do Órgão.

- 2.1.3.7 *Conclusão da equipe de auditoria:*
- 2.1.3.7.1 Preliminarmente, faz-se necessário consignar, no que tange à formalização de diretrizes para comunicação de decisões e resultados de TI às partes interessadas, aprovação do Sistema de Governança e Gestão de TIC organizacional, por meio da Resolução Administrativa TRE-BA nº 17/2018, contemplando, expressamente, princípios e diretrizes afetos à mensuração de desempenho e comunicação de resultados às partes interessadas, consoante teor dos arts. 4º, inciso VII, 11 e 19, inciso V, restando parcialmente elidido o achado, observado o referido aspecto, fazendo-se desnecessária a proposição de encaminhamento saneador referente à matéria.
- 2.1.3.7.2 Registre-se, ainda, aprovação do Caderno de Indicadores e Metas de Medição, por meio da Resolução Administrativa TRE-BA nº 21, de 28 de junho de 2018, contemplando dez indicadores de desempenho, sendo um para cada objetivo estratégico associado ao PETI 2016-2021, fazendo-se, portanto, desnecessária a manutenção de recomendação ao CGovTIC, no sentido de priorização da apreciação do referido documento, anteriormente formulada.
- 2.1.3.7.3 No que se refere à mensuração dos indicadores constantes do supracitado caderno, verifica-se que seis possuem periodicidade anual, com medição prevista nos meses de novembro, dezembro e janeiro; três possuem periodicidade semestral, com medição prevista nos meses de maio, junho, novembro e dezembro; e um possui periodicidade mensal.
- 2.1.3.7.4 Nesse sentido, em que pese formalização de diretrizes afetas à comunicação de decisões e resultados de TI às partes interessadas, aprovação do Caderno de Indicadores e Metas de Medição associados ao PETI 2016-2021, e sinalização de adoção de iniciativas tendentes ao aperfeiçoamento de sistemáticas de divulgação de decisões e resultados de TIC, na intranet e internet organizacional, conclui-se que, enquanto não mensurado o desempenho da governança e gestão de TI e processada a efetiva comunicação às partes interessadas quanto às decisões e resultados apurados, subsistirá a fragilidade ora evidenciada.
- 2.1.4 Ausência de revisão do PETI 2016-2021 e mensuração do respectivo desempenho.
- 2.1.4.1 *Situação encontrada:*
- 2.1.4.1.1 Ausência de revisão do Planejamento Estratégico de TI, instituído, para o ciclo 2016-2021, por meio da Portaria da Presidência nº 634/2016.
- 2.1.4.1.2 Ausência, ainda, de formalização do caderno de indicadores de desempenho associado ao PETI 2016-2021, não obstante transcurso de cerca de dois anos de sua aprovação, inviabilizando a mensuração do desempenho da governança e gestão de TI e, por consequência, a tomada de decisão, no sentido de revisão do quanto anteriormente definido no intuito de corrigir rumos e, assim, assegurar o alcance dos resultados pretendidos.
- 2.1.4.1.3 Registre-se que, em reunião, datada de 8/5/2018, o CGTI deliberou, no sentido de submeter a versão preliminar do Caderno de Indicadores e Metas do PETI à apreciação da SEPROQ, previamente à apreciação da referida instância colegiada.
- 2.1.4.2 *Critério(s):*
- 2.1.4.2.1 ISO 38500:2009, subitens 1.4.3, 1.6.2, 1.6.3, 2 e 3; COBIT 5, prática EDM01.03 – Monitorar o sistema de governança; incisos IV e V, do §1º, do art. 26, da Resolução CNJ nº 211/2015; e arts. 3º e 4º da Portaria da Presidência do TRE-BA nº 634/2016.
- 2.1.4.3 *Causa(s):*
- 2.1.4.3.1 Incipiente cultura organizacional em orientação para resultados; insuficiência de processo contínuo de acompanhamento da governança e gestão de TI

organizacionais; e ausência de formalização do caderno de indicadores de desempenho associados ao PETI 2016-2021.

2.1.4.4 *Efeito(s) (real ou potencial):*

2.1.4.4.1 Comprometimento da concretização da missão e alcance da visão de futuro institucionais, bem como dos direcionadores estabelecidos no PETI 2016-2021; comprometimento da transparência da gestão do uso e dos recursos de TI; e inviabilização da avaliação do desempenho e efetividade da organização na aplicação dos recursos públicos, na área de TI, bem como da correção de rumos no intuito de assegurar o alcance de resultados pretendidos.

2.1.4.5 *Evidência(s):*

2.1.4.5.1 PETI 2016-2021; resposta da STI ao questionário de auditoria (PAD nº 4.061/2018, Doc. nº 60.976/2018); resposta da STI à RDI nº 24/2018 (PAD nº 6.213/2018, Doc. nº 87.184/2018); e versão preliminar do Caderno de Indicadores e Metas do PETI 2016-2021 (PAD nº 6.311/2018, Doc. nº 79.556/2018).

2.1.4.6 *Esclarecimentos dos responsáveis:*

2.1.4.6.1 Em resposta à RDI nº 28/2018 (PAD nº 8.024/2018, Doc. nº 108.656/2018), a STI informou que o Caderno de Indicadores e Metas de Medição encontrava-se sob análise do CGTI. Acrescentou que o acompanhamento dos indicadores seria iniciado após a aprovação do caderno, de acordo com os períodos estabelecidos no referido documento, momento a partir do qual os resultados apurados seriam devidamente divulgados.

2.1.4.6.2 Em resposta à RDI nº 27/2018 (PAD nº 8.023/2018, Doc. nº 110.924/2018), a Presidente do CGovTIC, Comitê que sucedeu o CGTI, informou que o Caderno de Indicadores e Metas de Medição do desempenho de TIC foi apresentado ao CGovTIC pelo Comitê de Gestão de TIC (CGesTIC) e encontrava-se em fase de apreciação.

2.1.4.6.3 Informou, ainda, que a COPEG teceu considerações técnicas quanto à proposta de indicadores, conforme PAD nº 6.311/2018, tendo sido iniciada a discussão sobre a matéria durante a reunião do Comitê, ocorrida em 12/6/2018.

2.1.4.6.4 Registrou que diante dos questionamentos apresentados por alguns integrantes do referido colegiado, houve necessidade de aprofundamento da discussão, o que teria impedido a apreciação completa do documento, com previsão de ser concluída na reunião marcada para o dia 19/6/2018.

2.1.4.6.5 Informou que, após a aprovação pelo CGovTIC, o Caderno seria submetido à apreciação superior, na forma estabelecida no art. 29, I, da Resolução Administrativa TRE-BA nº 17/2018.

2.1.4.6.6 Acrescentou que, embora ainda não tivesse ocorrido a aprovação das metas de medição e ausência de revisão do Plano Estratégico de TIC (PETIC), o CGovTIC acompanhava o desempenho de TIC por meio das reuniões formais do Comitê, onde são apresentados relatórios e discutidas prioridades de demandas e investimentos na área.

2.1.4.6.7 Registrou, por fim, a recente iniciativa organizacional, no sentido de criação de espaços específicos, nas páginas do Tribunal na Internet e Intranet, destinados à divulgação das diretrizes e decisões afetas à Governança de TIC, onde seria publicada, de forma centralizada, a documentação produzida pelo CGovTIC, para conhecimento das partes interessadas.

2.1.4.7 *Conclusão da equipe de auditoria:*

2.1.4.7.1 Preliminarmente, deve-se registrar a aprovação do Caderno de Indicadores e Metas de Medição, por meio da Resolução Administrativa TRE-BA nº 21/2018, contemplando dez indicadores de desempenho, sendo um para cada objetivo

estratégico associado ao PETI 2016-2021, fazendo-se, portanto, desnecessária a manutenção de recomendação ao CGovTIC, no sentido de priorização da apreciação do referido documento, anteriormente formulada.

2.1.4.7.2 Contudo, não obstante aprovação do Caderno de Indicadores e Metas de Medição do PETI e sinalização de iniciativas tendentes ao aperfeiçoamento de sistemáticas de divulgação de decisões e resultados de TIC, na Intranet e Internet organizacional, conclui-se que, enquanto não mensurado o desempenho da gestão de TIC, avaliada a necessidade de revisão do quanto originalmente planejado e processada a efetiva comunicação às partes interessadas quanto às decisões e resultados apurados, subsistirá a fragilidade ora evidenciada.

2.1.5 Ausência de Plano Diretor de Tecnologia da Informação.

2.1.5.1 *Situação encontrada:*

2.1.5.1.1 Verificou-se que o PDTI organizacional constituiu entrega associada à Contratação de Consultoria Especializada, contudo, pende, ainda, de formalização, não obstante encontrar-se em fase de elaboração, em alinhamento com metodologia desenvolvida pelo SISP (Guia de Elaboração de PDTI do SISP, versão 2.0), consoante informação consignada no PETI 2016-2021.

2.1.5.2 *Critério(s):*

2.1.5.2.1 Parágrafo único, do art. 6º, da Resolução CNJ nº 211/2015; art. 5º, da Portaria da Presidência nº 634/2016; Acórdão TCU nº 2.308/2010 – Plenário, subitem 3.1.1; Acórdão TCU nº 1.233/2012 – Plenário, subitem 9.2.1; Acórdão TCU nº 2.585/2012 – Plenário, subitem 290.1.2.1; COBIT 5, prática EDM01.03 – Monitorar o sistema de governança; e Guia de Elaboração de PDTI do SISP, versão 2.0.

2.1.5.3 *Causa(s):*

2.1.5.3.1 Incipiente cultura organizacional em orientação para resultados; e insuficiência de visão sistêmica nas ações a serem desenvolvidas para que as estratégias institucionais e nacionais do Poder Judiciário sejam alcançadas.

2.1.5.4 *Efeito(s) (real e/ou potencial):*

2.1.5.4.1 Comprometimento da concretização da missão e alcance da visão de futuro institucionais, bem como dos direcionadores estabelecidos no PETI 2016-2021; dificuldade do Tribunal em atingir a materialização da meta de promover a melhoria da governança, da gestão e da infraestrutura tecnológica estabelecida pelo CNJ e também pela estratégia institucional e de TI para 2016-2021; atuação tática e operacional de TI desalinhada com a estratégia da organização, bem como com a estratégia de TI; e apoio insuficiente dos projetos baseados em TI aos objetivos institucionais.

2.1.5.5 *Evidência(s):*

2.1.5.5.1 PETI 2016-2021 (fl. 16); PAD nº 619/2015, Doc. nº 3.782/2015 (Contrato nº 21/2014 – Avaliação do nível atual da maturidade do TRE-BA em governança de tecnologia da Informação (TI); assessoria na estruturação de plano para elevação de maturidade de governança de TI; assessoria na revisão do plano estratégico de tecnologia da informação (PETI) do TRE-BA, alinhado com base em metodologias de elaboração de PETI; e assessoria na implementação do plano diretor de tecnologia da informação (PDTI) alinhado ao novo PETI revisado com base no Guia de Elaboração de PDTI do SISP); e documentos Etapa 3.2 – Diagnóstico e Etapa e 3.3 – Planejamento atinentes às entregas de contratação de consultoria especializada celebrada pelo TRE-BA.

- 2.1.5.6 *Esclarecimentos dos responsáveis:*
- 2.1.5.6.1 Em resposta à RDI nº 28/2018 (PAD nº 8.024/2018, Doc. nº 108.656/2018), a STI informou que o Plano Diretor de TI encontrava-se em fase final de elaboração pela Comissão Tática de Tecnologia da Informação (CTTI), com conclusão prevista até o final do mês de junho/2018, para apresentação ao CGTI.
- 2.1.5.7 *Conclusão da equipe de auditoria:*
- 2.1.5.7.1 Tendo em vista a aprovação do Plano Diretor de TI organizacional para o período 2018-2019, através da Portaria da Diretora-Geral nº 75, de 21 de junho de 2018, contemplando iniciativas voltadas à implementação da Estratégia de TIC do TRE-BA para o ciclo 2016-2021, conclui-se pela insubsistência do respectivo achado, fazendo-se desnecessária a manutenção de encaminhamento saneador anteriormente formulado.
- 2.1.6 Ausência de mapeamento das competências necessárias para o pessoal de TI.
- 2.1.6.1 *Situação encontrada:*
- 2.1.6.1.1 Inexistência de mapeamento de competências técnicas e comportamentais requeridas do pessoal de TI. Não obstante, verificou-se a formalização de Política de Gestão de Pessoas institucional, por meio da Resolução Administrativa TRE-BA nº 12/2018, contemplando princípios e diretrizes gerais afetos à gestão de pessoas, no âmbito organizacional.
- 2.1.6.1.2 Adicionalmente, verificou-se a existência do Projeto “Gestão por Competências” com o objetivo de mapear competências de servidores e gestores das unidades integrantes do Tribunal.
- 2.1.6.1.3 Registre-se que, consoante cronograma de implantação do referido projeto, a STI será objeto de mapeamento de competências em 2019.
- 2.1.6.2 *Critério(s):*
- 2.1.6.2.1 Arts. 12, §4º, 13 e 14 da Resolução CNJ nº 211/2015.
- 2.1.6.3 *Causa(s):*
- 2.1.6.3.1 Insuficiência de visão sistêmica nas decisões estratégicas que envolvam TI; recente formalização de política de gestão de pessoas, contemplando diretrizes afetas à gestão por competências; insuficiência de diretriz adequada para selecionar servidores em conformidade com seu perfil e formação profissional necessária para a área de TI; indefinição de competências necessárias para exercer funções na área de TI com base em sua formação, treinamento e/ou experiência; e não implantação, na área de TI, das ações decorrentes do Projeto Gestão por Competências, observado cronograma de trabalhos definido.
- 2.1.6.4 *Efeito(s) (real e/ou potencial):*
- 2.1.6.4.1 Deficiência na qualificação do corpo gerencial de TI; desmotivação do quadro de pessoal e por consequência, insuficiência de comprometimento com os resultados na área de TI; insuficiência de desempenho com consequente perda de produtividade na área de TI; insuficiência no atendimento a demandas que envolvam recursos de TI; e desalinhamento da TI com o negócio da organização.
- 2.1.6.5 *Evidência(s):*
- 2.1.6.5.1 Política de Gestão de Pessoas do TRE-BA (Resolução Administrativa TRE-BA nº 12, de 18 de dezembro de 2017); PAD nº 10.701/2017, Doc. nº 184.430/2017 (Projeto “Gestão por Competências”); e respostas da STI e SGP a questionário de auditoria (PAD nº 4.061/2018, Doc. nº 60.976/2018 e PAD nº 4.062/2018, Doc. nº 61.266/2018, respectivamente); PAD nº 15.096/2016, Docs. nº 184.430/2017 e 184.470/2017 (Monitoramento dos Projetos Estratégicos/COPEG).

- 2.1.6.6 *Esclarecimentos dos responsáveis:*
- 2.1.6.6.1 Em resposta à RDI nº 26/2018 (PAD nº 8.022/2018, Doc. nº 110.519/2018), a SGP informou que, em face da necessidade urgente de mapeamento de competências da STI, o cronograma geral do projeto foi reajustado e, em maio do corrente ano, as ações referentes ao Projeto Gestão por Competências foram iniciadas na referida unidade.
- 2.1.6.6.2 Registrou, adicionalmente, que o Projeto Gestão por Competências – Ciclo 2018 estava sendo executado conforme cronograma estabelecido (PAD nº 15.096/2016 e PAD nº 10.701/2017).
- 2.1.6.7 *Conclusão da equipe de auditoria:*
- 2.1.6.7.1 Preliminarmente, registre-se formalização de Política de Gestão de Pessoas de TI, por meio da Resolução Administrativa TRE-BA nº 18/2018, contemplando princípios, diretrizes e objetivos afetos à gestão de pessoas de TI, inclusive no que tange à valorização e reconhecimento de competências de servidores da área de TI institucional.
- 2.1.6.7.2 Paralelamente, deve-se consignar, a publicação da Resolução Administrativa TRE-BA nº 22/2018, que institui competências gerenciais para ocupação de cargos e funções gerenciais, no âmbito deste Regional, incluindo CJs e FCs alocados na área de TIC.
- 2.1.6.7.3 Nesse sentido, em que pesem formalização de diretrizes afetas à gestão de pessoas de TIC e inclusão da STI dentre as unidades cujas competências deverão ser objeto de mapeamento, em 2018, conclui-se que, enquanto não finalizados os trabalhos de mapeamento, de modo a viabilizar definição de competências técnicas e comportamentais requeridas dos servidores de TI, bem como adoção de medidas tendentes à diminuição de lacunas de competência apuradas, subsistirão as fragilidades ora evidenciadas e respectivos riscos associados.
- 2.1.7 Ausência de acompanhamento dos resultados do Plano Anual de Capacitação de TI.
- 2.1.7.1 *Situação encontrada:*
- 2.1.7.1.1 Não se evidenciou efetivo reexame das capacitações previstas, ou acompanhamento da realização das capacitações originalmente aprovadas, consoante instrumento de planejamento anual de capacitação da área de TI relativo ao exercício 2017.
- 2.1.7.1.2 Esclareça-se que o PAC de TI aprovado para o exercício 2018 contempla, além de ações de capacitação técnicas, treinamentos relacionados à governança e gestão de TI. No PAC de TIC 2017, foram previstos cursos técnicos, específicos para a área de TI e no PAC Geral 2017, consignou-se o treinamento sobre Contratação de Soluções de TI, voltado para outras áreas do Tribunal, além dos gestores da STI.
- 2.1.7.1.3 Ressalte-se que é facultado ao gestor de unidade de TI solicitar à área de pessoal, cursos não contemplados no PAC, através do e-mail efas@tre-ba.jus.br, em formulário próprio, disponível no Portal do Servidor do Órgão, consoante informação constante do PAC de TI 2018.
- 2.1.7.2 *Critério(s):*
- 2.1.7.2.1 Art. 15, da Resolução CNJ nº 211/2015; arts. 55, 65, inciso II, e 66, inciso II, da Resolução TRE-BA nº 12/2018; inciso VIII, do art. 6º, da Resolução TRE-BA nº 12/2017; e Acórdão TCU nº 1.233/2012 – Plenário, subitem 9.9.
- 2.1.7.3 *Causa(s):*
- 2.1.7.3.1 Incipiente cultura organizacional em orientação para resultados; insuficiência da visão sistêmica nas ações que gerenciam a capacidade e o desempenho dos recursos de TI; e recente formalização de política de gestão de pessoas, no âmbito organizacional.

- 2.1.7.4 *Efeito(s) (real e/ou potencial):*
- 2.1.7.4.1 Comprometimento da concretização da missão e alcance da visão de futuro institucionais, bem como dos direcionadores estabelecidos no PETI 2016-202; baixa qualidade dos serviços prestados interna e externamente, em face de eventual insuficiência ou inadequação de capacitações asseguradas à área de TI; e prejuízos causados ao Tribunal em função das atividades não serem regularmente executadas, em decorrência da ausência ou insuficiência de capacitação do quadro de pessoal.
- 2.1.7.5 *Evidência(s):*
- 2.1.7.5.1 Plano Anual de Capacitação de TI aprovado para o exercício 2017 (PADs nº 1.540/2017, Doc. nº 21.458/2017); Plano Anual de Capacitação de TI aprovado para o exercício 2018 (PAD nº 1.553/2018, Doc. nº 17.857/2018); Minuta de Sistema de Governança de TIC (PAD 14.283/2017, Doc. nº 200.180/2017); e respostas da STI e SGP a questionário de auditoria (PAD 4.061/2018, Doc. nº 60.976/2018 e PAD nº 4.062/2018, Doc. nº 61.266/2018, respectivamente).
- 2.1.7.6 *Esclarecimentos dos responsáveis:*
- 2.1.7.6.1 Em resposta à RDI nº 26/2018 (PAD nº 8.022/2018, Doc. nº 110.623/2018), a SGP informou que elabora relatório de execução e avaliação do PAC TIC, ouvindo os representantes das principais unidades com cursos realizados principalmente sobre o impacto do treinamento na sua unidade e dando uma posição sobre as tramitações iniciadas e em andamento, referente ao primeiro semestre de 2018.
- 2.1.7.6.2 Informou, ainda, que foi efetuada a revisão do PAC-TIC e encaminhada para autorização no PAD nº 1.553/2018, com ajustes advindos da reestruturação e por conta de plano de ação, após resposta ao questionário dos órgãos externos.
- 2.1.7.6.3 Ressaltou que as referidas ações complementam o quanto previsto na Resolução CNJ nº 192/2014, Capítulo V, art. 13, com relação às avaliações de reação, aprendizagem, aplicação e resultado.
- 2.1.7.6.4 Registrou que, atualmente, a maior parte das ações de capacitação *in company* previstas no PAC Geral e de TIC são avaliadas através de Avaliação de Reação, acrescentando que algumas ações, principalmente na modalidade EAD, são avaliadas através de Avaliação de Aprendizagem.
- 2.1.7.6.5 Registrou que estão sendo empreendidos esforços para implementação das avaliações de aplicação e de resultado, ainda em fase de testes, ressaltando que implementar as avaliações de aplicação e resultado é uma dificuldade compartilhada por diversos órgãos do Poder Judiciário, tema discutido nas reuniões e encontros anuais.
- 2.1.7.7 *Conclusão da equipe de auditoria:*
- 2.1.7.7.1 Preliminarmente, registre-se formalização de Política de Gestão de Pessoas de TI, por meio da Resolução Administrativa TRE-BA nº 18/2018, contemplando princípios, diretrizes e objetivos afetos à gestão de pessoas de TI, inclusive no que tange ao acompanhamento e avaliação periódicos das ações de capacitação planejadas, notadamente quanto ao alcance de objetivos e resultados pretendidos.
- 2.1.7.7.2 Adicionalmente, deve-se consignar formalização da Instrução Normativa da Presidência nº 2, de 19 de junho de 2018, que instituiu o processo de gerenciamento da capacitação de TIC, no âmbito deste Regional, ratificando a necessidade de elaboração, acompanhamento e revisão de Plano Anual de Capacitação específico para os servidores da STI.
- 2.1.7.7.3 Em que pese formalização de Política de Gestão de Pessoas de TI, regulamentação do processo de gerenciamento de capacitação da STI e adoção de medidas no intuito de aperfeiçoamento da sistemática de acompanhamento da execução e

revisão do PAC de TI (PAD nº 1553/2018, Docs. nº 109.412 e 109.689/2018), conclui-se que carecem, ainda, de implementação medidas afetas ao dimensionamento dos resultados advindos dos eventos de capacitação assegurados, subsistindo, assim, a fragilidade anteriormente evidenciada.

2.1.8 Deficiente acompanhamento do desempenho do pessoal de TI.

2.1.8.1 *Situação encontrada:*

2.1.8.1.1 Inexistência de avaliação específica de desempenho para o pessoal de TI, para além das avaliações associadas a estágio probatório e progressão e promoção na carreira. Não obstante, verificou-se formalização de Política de Gestão de Pessoas institucional, por meio da Resolução Administrativa TRE-BA nº 12, de 18 de dezembro de 2017, contemplando princípios e diretrizes gerais afetos à gestão de pessoas, no âmbito organizacional.

2.1.8.1.2 Registre-se, ainda, inexistência, de mapeamento de competências técnicas e comportamentais requeridas do pessoal de TI, não obstante previsão de desenvolvimento das atividades atinentes ao Projeto Gestão por Competências, na STI, em 2019.

2.1.8.2 *Critério(s):*

2.1.8.2.1 Art. 14, § 2º, inciso I, da Resolução CNJ nº 211/2015; arts. 6º e 7º, da Resolução TRE-BA nº 12/2017; arts. 55, 65, inciso V, e 67, inciso III, da Resolução TRE-BA nº 12/2018; e Acórdão TCU nº 1.233/2012, subitens 9.2.9.10, 9.11.12.11, 9.13.14.11 e 9.15.18.11.

2.1.8.3 *Causa(s):*

2.1.8.3.1 Incipiente cultura organizacional em orientação para resultados; insuficiência da visão sistêmica nas ações que gerenciam a capacidade e o desempenho dos recursos de TI; e recente formalização de política de gestão de pessoas, no âmbito organizacional.

2.1.8.4 *Efeito(s) (real ou potencial):*

2.1.8.4.1 Desempenho do pessoal de TI desalinhado com os objetivos estratégicos do Tribunal; dificuldade de aferir a necessidade de recursos humanos para a gestão de TI organizacional; aplicação de recursos em desacordo com a necessidade da área de TI; e desalinhamento dos planos anuais e plurianuais de TI propostos com as necessidades de desenvolvimento de competências da área.

2.1.8.5 *Evidência(s):*

2.1.8.5.1 Política de Gestão de Pessoas do TRE-BA (Resolução Administrativa TRE-BA nº 12, de 18 de dezembro de 2017); Projeto “Gestão por Competências” (PAD nº 10.701/2017, Doc. nº 184.430/2017); e respostas da STI e SGP ao questionário de auditoria (PAD 4.061/2018, Doc. nº 60.976/2018 e PAD nº 4.062/2018, Doc. nº 61.266/2018, respectivamente).

2.1.8.6 *Esclarecimentos dos responsáveis:*

2.1.8.6.1 Em resposta à RDI nº 26/2018 (PAD nº 8.022/2018, Doc. nº 110.519/2018), a SGP informou que o diagnóstico do perfil de competências (avaliação) para os servidores da STI depende de sistema informatizado. Ressaltou que a Seção de Desenvolvimento Organizacional tem empreendido esforços nesse sentido, conforme PADs nº 16.015/2016, 7.831/2017 (Doc. 33.214/2018) e 8.163/2018.

2.1.8.6.2 Em resposta à RDI Circular nº 7/2018 (PAD nº 9.842/2018, Doc. nº 133.555/2018), a SGP informou que foi instalado, no mês junho, o Sistema de Gestão por Competências, cedido pelo Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE-MA). Acrescentou que o referido sistema estava em fase de testes e que, de acordo com o

Cronograma do Projeto Gestão por Competências – Ciclo 2018 (PAD nº 15.096/2016, Doc. nº 132.347/2018), o Levantamento do Diagnóstico de Perfil (Avaliação) dos servidores da STI estava previsto para ser iniciado no mês de agosto.

2.1.8.7 *Conclusão da equipe de auditoria:*

2.1.8.7.1 Preliminarmente, registre-se formalização de Política de Gestão de Pessoas de TI, por meio da Resolução Administrativa TRE-BA nº 18/2018 (PAD nº 8734/2018, Doc. nº 111.987/2018), contemplando princípios, diretrizes e objetivos afetos à gestão de pessoas de TI.

2.1.8.7.2 Adicionalmente, faz-se necessário consignar a publicação da Resolução Administrativa TRE-BA nº 22/2018, que institui competências gerenciais para ocupação de cargos e funções gerenciais, no âmbito deste Regional, incluindo CJs e FCs alocados na área de TIC.

2.1.8.7.3 Nesse sentido, em que pesem definição de competências requeridas de gestores de TIC e inclusão da STI dentre as unidades cujas competências deverão ser objeto de mapeamento, em 2018, conclui-se que, enquanto não finalizados os trabalhos de mapeamento, de modo a viabilizar definição de competências técnicas e comportamentais requeridas dos servidores de TI, e efetiva avaliação quanto ao atendimento às competências referenciais estabelecidas, subsistirão as fragilidades ora evidenciadas e respectivos riscos associados.

2.1.9 Indefinição de perfil quantitativo e qualitativo ideal da força de trabalho de TI.

2.1.9.1 *Situação encontrada:*

2.1.9.1.1 Em resposta à RDI nº 24/2018, a STI apresentou estudo atualizado do quantitativo mínimo de pessoal previsto na Resolução nº 211/2015, no qual restou demonstrado que há defasagem de 21 servidores do quadro permanente de TIC.

2.1.9.1.2 Não obstante, verificou-se existência do Projeto “Gestão por Competências” com o objetivo de mapear competências de servidores e gestores das unidades integrantes do Tribunal. Constatou-se, ainda, desenvolvimento de atividades relacionadas ao Projeto Dimensionamento da Força de Trabalho, em paralelo com as atividades do Projeto Gestão por Competências, de modo a assegurar o mapeamento de competências e a definição do perfil quantitativo e qualitativo ideal de servidores para cada unidade contemplada.

2.1.9.1.3 Registre-se que, consoante cronograma de implantação do referido projeto, a STI será objeto de mapeamento de competências e terá força de trabalho dimensionada, em 2019.

2.1.9.2 *Critério(s):*

2.1.9.2.1 Art. 13, § 1º e 2º da Resolução CNJ nº 211/2015; Acórdão TCU nº 1.603/2008, subitem 9.1.2, 9.4.2; Acórdão TCU nº 1.233/2012, subitem 9.15.4; e COBIT 5 APO 07– Gerenciar recursos humanos de TI.

2.1.9.3 *Causa(s):*

2.1.9.3.1 Incipiente cultura organizacional em orientação para resultados; desconsideração de fatores críticos à gestão da força de trabalho (índice de absenteísmo, rotatividade, expectativa de aposentação, banco de horas, licença para capacitação, terceirização etc.).

2.1.9.4 *Efeito(s) (real ou potencial):*

2.1.9.4.1 Comprometimento da concretização da missão e alcance da visão de futuro institucionais, bem como dos direcionadores estabelecidos no PETI 2016-2021; dimensionamento da força de trabalho inadequado; desalinhamento da gestão da força de trabalho com a estratégia organizacional e de TI; comprometimento da qualidade e

celeridade das entregas afetas à unidade não priorizada no dimensionamento e, por conseguinte, dos objetivos estratégicos do Tribunal; desmotivação do quadro de servidores; sobrecarga de atividades; aumento de horas em banco dos servidores; incremento de custos com horas extras de servidores; acréscimo de afastamento por motivo de saúde; descontinuidade das atividades nas hipóteses de afastamento concomitante de servidores da unidade; redução na participação em atividades de treinamento e desenvolvimento em razão da necessidade dos servidores permanecerem em seus postos de trabalho; e comprometimento da capacidade da instituição em gerar resultados e benefícios para a sociedade.

2.1.9.5 *Evidência(s):*

2.1.9.5.1 Projeto Dimensionamento da Força de Trabalho (PEI 2016-2021); Cronograma do Projeto Gestão por competência (PAD nº 10.701/2017, Doc. nº 184.430/2017); PETI 2016-2021, fl. 24; e respostas da STI e SGP ao questionário de auditoria (PAD 4.061/2018, Doc. nº 60.976/2018 e PAD nº 4.062/2018, Doc. nº 61.266/2018, respectivamente).

2.1.9.6 *Esclarecimentos dos responsáveis:*

2.1.9.6.1 Em resposta à RDI nº 26/2018 (PAD nº 8.022/2018, Doc. nº 110.623/2018), a SGP informou que como a metodologia adotada pelo TRE-BA para o Dimensionamento da Força de Trabalho (DFT) está baseada na Gestão por Competências, após a conclusão do mapeamento de competências, serão realizados estudos referentes ao DFT.

2.1.9.7 *Conclusão da equipe de auditoria:*

2.1.9.7.1 Preliminarmente, registre-se que a STI apresentou novo cálculo do referencial mínimo de servidores para o quadro permanente de TIC, nos termos da Resolução CNJ nº 211/2018, indicando a necessidade de 52 servidores efetivos para compor o quadro de pessoal do TRE-BA, conforme mensagem eletrônica encaminhada em 27/7/2018. Nesse sentido, oportuno retificar a informação constante do item 2.1.9.1.1, na medida em que, após o novo cálculo, a defasagem do quadro permanente de TIC do Tribunal corresponde a 29 servidores.

2.1.9.7.2 Tendo em vista a informação prestada pela unidade técnica, no sentido de que o dimensionamento quantitativo e qualitativo da força de trabalho necessária à asseguarção das entregas afetas à área de TI, sucede o mapeamento de competências, ainda pendente de conclusão na STI, opina-se pela subsistência da fragilidade ora evidenciada.

2.1.10 Insuficiente formalização de processos de gerenciamento de TI.

2.1.10.1 *Situação encontrada:*

2.1.10.1.1 Constatou-se a formalização de cinco processos de gerenciamento de TI, quais sejam: de mudanças; de configuração e de ativos; de liberação e implantação; de incidentes; e de problemas.

2.1.10.1.2 Adicionalmente, verificou-se aprovação, pelo CGTI, em reunião datada de 8/5/2018, de minutas referentes aos processos de gerenciamento de nível de serviço e de catálogo de serviço, encontrando-se a documentação correspondente, sob apreciação da Assessoria Jurídico-Administrativa do Órgão, consoante consulta ao histórico de tramitação do PAD nº 6.009/2018, datada de 29/5/2018.

2.1.10.1.3 Não se evidenciou, contudo, a formalização de processos de gerenciamento: do portfólio de serviços, da continuidade dos serviços de TI; de eventos; e de acesso.

- 2.1.10.2 *Critério(s)*:
- 2.1.10.2.1 Art. 10, §3º, e 12, §2º, da Resolução CNJ nº 211/2015; arts. 109 e 130, inciso II, da Resolução Administrativa TRE-BA nº 12/2018; Acórdão TCU nº 1.233/2012, subitens 9.2.7, 9.2.8, 9.11.8, 9.13.7, 9.13.8, 9.15.10 e 9.15.11; e COBIT 5, prática EDM 02.02 - Dirigir a otimização de valor.
- 2.1.10.3 *Causa(s)*:
- 2.1.10.3.1 Insuficiente capacidade/maturidade organizacional em processos de TI; e insuficientes estruturas organizacionais para fazer face à gestão dos macroprocessos definidos na Resolução CNJ nº 211/2015.
- 2.1.10.4 *Efeito(s) (real ou potencial)*:
- 2.1.10.4.1 Atuação deficiente em segurança da informação; ações de segurança da informação da organização pouco eficazes; desperdício de recursos em ações não prioritárias; ausência de modelo de referência comum compreensível a gestores e operadores de TI; insuficiência no provimento de infraestrutura e serviços de TI que sustentem adequadamente as atividades do Tribunal; e aumento do risco de insucesso de projetos e demais atividades de TI, sobretudo pela complexidade que, em regra, envolve o desenvolvimento de produtos e a prestação de serviços na área, situação que tende a prejudicar o alcance dos resultados institucionais.
- 2.1.10.5 *Evidência(s)*:
- 2.1.10.5.1 Portaria do Diretor-Geral nº 304, de 5 de dezembro de 2016 (processo de gerenciamento de mudanças); Portaria do Diretor-Geral nº 305, de 5 de dezembro de 2016 (processo de gerenciamento de configuração de ativos); Portaria do Diretor-Geral nº 303, de 5 de dezembro de 2016 (processo de gerenciamento de liberação e implantação); Portaria do Diretor-Geral nº 80, de 12 de abril de 2016 (processo de gerenciamento de incidentes); Portaria do Diretor-Geral nº 79, de 12 de abril de 2016 (processo de gerenciamento de problemas); resposta da STI à RDI nº 24/2018 (PAD nº 6.213/2018, Doc. nº 87.184/2018); minutas dos processos de gerenciamento de catálogo de serviços e de nível de serviço (PAD nº 6.009/2018, Docs. nº 74.898/2018 e 74.901/2018); e ata do CGTI referente à reunião de 8/5/2018.
- 2.1.10.6 *Esclarecimentos dos responsáveis*:
- 2.1.10.6.1 Em resposta à RDI nº 28/2018 (PAD nº 8.024/2018, Doc. nº 108.656/2018), a STI informou que encaminhou ao CGTI minutas de diversos processos de gerenciamento de serviços, tendo sido priorizados os processos previstos no art. 12 da Resolução CNJ nº 211/2015, quais sejam: PAD nº 6.009/2018 – Gerenciamento Nível de Serviço e Gerenciamento de Catálogo de Serviço; PAD nº 7.811/2018 – Gerenciamento de Capacidade, de Disponibilidade e de Continuidade de Serviço; e PAD nº 8.228/2018 – Gerenciamento de Ativos de TI.
- 2.1.10.6.2 Em resposta à RDI Circular nº 7/2018 (PAD nº 9.842/2018, Doc. nº 132.943/2018), a STI registrou a formalização, bem como a revisão dos seguintes processos de gerenciamento de serviços de TIC e dos processos de *software*: gerenciamento de catálogo de serviço; gerenciamento de nível de serviço; gerenciamento de disponibilidade; gerenciamento de capacidade; gerenciamento de continuidade de serviços, gerenciamento de ativos de TIC; gerenciamento de problemas; cumprimento de requisições; gerenciamento de incidentes; processos de desenvolvimento, de sustentação, gerenciamento de escopo e requisitos, gerenciamento de ciclo de vida de *software* e o catálogo e gerenciamento e gestor técnico de solução de *software*. Ademais, informou que, seriam iniciadas as ações com vistas à formalização dos processos de gerenciamento de portfólio de serviços, de eventos e de acesso.

2.1.10.7 *Conclusão da equipe de auditoria:*

- 2.1.10.7.1 Preliminarmente, registre-se formalização dos seguintes processos de gerenciamento de TI: catálogo de serviços (Portaria da Diretora-Geral nº 69, de 21 de junho de 2018); de continuidade dos serviços de TI (Portaria da Diretora-Geral nº 73, de 21 de junho de 2018); de ativos de TI (Portaria da Diretora-Geral nº 74, de 21 de junho de 2018); e de nível de serviço (Portaria da Diretora-Geral nº 70, de 21 de junho de 2018).
- 2.1.10.7.2 Adicionalmente, deve-se consignar publicação da Portaria da Presidência do TRE-BA nº 356, de 4 de julho de 2018, que instituiu normas de segurança da informação, no âmbito deste Regional, quais sejam: NSI-001 – Gestão de Incidentes de Segurança da Informação; NSI-002 – Uso de Recursos de Tecnologia da Informação e Controle de Acesso; NSI-003 – Controle de Acesso à Internet; NSI-004 – Acesso Remoto; NSI-005 – Serviço de Correio Eletrônico Institucional; e NSI-006 – Gestão de Riscos de Tecnologia da Informação e Comunicação.
- 2.1.10.7.3 Esclareça-se que os referidos processos foram revisados por meio da Portaria da Presidência nº 400, de 27 de julho de 2018, restando acrescida, ao rol de processos anteriormente formalizados, a NSI-007 – Procedimentos de Backup e Recuperação de Dados.
- 2.1.10.7.4 Nesse sentido, não obstante empreendimento de esforços no intuito de ampliação da formalização de processos de gerenciamento de TI, no âmbito organizacional, conclui-se que, enquanto não formalizados, adicionalmente, processos de gerenciamento do portfólio de serviços, de eventos e de acesso, subsistirão as fragilidades anteriormente evidenciadas.

2.1.11 Ausência de formalização de Plano de Continuidade de Serviços Essenciais de TI.

2.1.11.1 *Situação encontrada:*

- 2.1.11.1.1 Não se verificou a formalização de plano de continuidade de serviços essenciais de TI. Entretanto, constatou-se, consoante plano de ação da STI, efetiva elaboração de versão preliminar do referido artefato (minuta disponibilizada na pasta pública do Gabinete da referida Secretaria), ainda pendente de revisão e ajustes, para posterior submissão à apreciação do CGTI.

2.1.11.2 *Critério(s):*

- 2.1.11.2.1 §2º, do art. 10, da Resolução CNJ nº 211/2015; e Acórdão TCU nº 1.233/2012 – Plenário, subitens 9.2.7, 9.2.8 e 9.11.12.7.

2.1.11.3 *Causa(s):*

- 2.1.11.3.1 Insuficiência de visão sistêmica nas decisões estratégicas que envolvam demandas por TI; incipiente cultura organizacional em orientação para resultados; e incipiente cultura organizacional em gerenciamento de riscos com vistas a assegurar alcance de objetivos e continuidade do negócio.

2.1.11.4 *Efeito(s) (real ou potencial):*

- 2.1.11.4.1 Comprometimento da concretização da missão e alcance da visão de futuro institucionais, bem como dos direcionadores estabelecidos no PETI 2016-2021; comprometimento da prestação de serviços suportados pela TI e, conseqüentemente, da asseguarção das entregas associadas, na hipótese de ocorrência de incidentes; suporte ineficaz da área de TI na hipótese de ocorrência de incidentes determinantes de atraso ou paralisação das atividades do negócio suportadas pela TI; enfraquecimento das ações de TI; descontinuidade dos serviços e projetos de TI; insatisfação dos usuários; dano à imagem da área de TI e da própria organização; desperdício de recursos.

- 2.1.11.5 *Evidência(s):*
- 2.1.11.5.1 Plano de ação para evolução do iGovTIC-JUD do TRE-BA (PAD nº 11.402/2017, Docs. nº 46.357/2018 e 6.821/2018 - estabelece a elaboração do plano de continuidade pela SESOP, até 30/4/2018); minuta preliminar de Plano de Continuidade de Serviços de TIC, disponível em \\tre-ba\arquivos\STI-GAB\PUBLICA\PAD.6213.2018_Evidências.RDI.24.CNJ \Evidências.item 1.10, acesso em 24/5/2018; e resposta da STI à RDI nº 24/2018 (PAD nº 6.213/2018, Doc. nº 87.184/2018).
- 2.1.11.6 *Esclarecimentos dos responsáveis:*
- 2.1.11.6.1 Em resposta à RDI nº 28/2018 (PAD nº 8.024/2018, Doc. nº 108.656/2018), a STI informou que o Plano de Continuidade de Serviços Essenciais de TI já possuía versão preliminar. Além disso, registrou entendimento segundo o qual a finalização do referido plano careceria da definição do Plano de Continuidade de Negócios da Instituição.
- 2.1.11.6.2 Em resposta à RDI nº Circular nº 7/2018 (PAD nº 9.842/2018, Doc. nº 132.943/2018), a STI registrou a publicação da Portaria nº 92, de 16 de julho de 2018, da Diretoria-Geral, no DJE de 17/7/2018, que institui o Plano de Continuidade de Serviços de TIC no âmbito do TRE-BA.
- 2.1.11.7 *Conclusão da equipe de auditoria:*
- 2.1.11.7.1 Preliminarmente, registre-se formalização do processo de gerenciamento de continuidade de Serviços de TIC, por meio da Portaria da Diretoria-Geral nº 73/2018.
- 2.1.11.7.2 Adicionalmente, tendo em vista formalização do Plano de Continuidade de Serviços de TIC, no âmbito organizacional, por meio da Portaria da Diretoria-Geral nº 92/2018, opina-se pela elisão do achado anteriormente evidenciado, fazendo-se, portanto, desnecessária a manutenção do encaminhamento saneador anteriormente proposto.
- 2.1.12 Ausência de formalização de Acordo de Nível de Serviço (ANS) para os serviços de TI.
- 2.1.12.1 *Situação encontrada:*
- 2.1.12.1.1 Não obstante evidências de formalização de Catálogo de Serviços de TI, cuja atualização tem previsão de término para a primeira quinzena de junho/2018, consoante informação prestada pela STI, não se evidenciou formalização de Acordo de Nível de Serviço (ANS) entre a STI e unidades clientes.
- 2.1.12.1.2 Constatou-se, contudo, elaboração do artefato correspondente, pendente ainda de revisão e ajustes, para posterior submissão à apreciação do CGTI organizacional, consoante informação prestada pela STI.
- 2.1.12.1.3 Da análise do referido documento, verificou-se similaridade entre o escopo de serviço elencado no subitem 5.1 e os serviços integrantes do catálogo disponibilizado na Intranet organizacional.
- 2.1.12.1.4 Constatou-se, paralelamente, definição de papéis e responsabilidades afetos ao provedor de serviços de TI – STI – e clientes de TI – unidades administrativas e jurisdicionais do TRE–BA –, bem como previsão de revisão anual do quanto estabelecido.
- 2.1.12.1.5 Verificou-se, ainda, utilização dos parâmetros “disponibilidade” e “tempo máximo de atendimento” a demandas por suporte, para aferição do atendimento ao acordo celebrado.
- 2.1.12.1.6 Não se evidenciou, contudo: previsão de indicadores de desempenho destinados a viabilizar monitoramento do efetivo cumprimento do ANS proposto; sinalização de medidas corretivas a serem adotadas na hipótese de não atingimento dos parâmetros definidos; e previsão de comunicação aos clientes dos resultados apurados.

- 2.1.12.2 *Critério(s):*
- 2.1.12.2.1 Art. 12, inciso IV, alínea “a”, da Resolução CNJ nº 211/2015; e art. 109, da Resolução Administrativa TRE-BA nº 12/2018.
- 2.1.12.3 *Causa(s):*
- 2.1.12.3.1 Incipiente cultura organizacional em orientação para resultados; incipiente cultura organizacional em gerenciamento de riscos com vistas a assegurar alcance de objetivos e continuidade do negócio; deficiência na instituição de rotinas de atualização de documentos; e deficiência nos controles internos instituídos.
- 2.1.12.4 *Efeito(s) (real ou potencial):*
- 2.1.12.4.1 Suporte ineficaz da área de TI à concretização da missão e alcance da visão de futuro organizacionais; insuficiência de referencial técnico confiável no tocante aos serviços de TI, bem como suas relações e impacto em outros serviços ou processos, tanto para clientes quanto para a área de TI; ausência de referenciais mínimos de qualidade orientadores da prestação de serviços de TI, impossibilitando avaliação de desempenho e implementação de melhorias; enfraquecimento das ações de TI; insatisfação dos usuários; e dano à imagem da área de TI e da própria organização.
- 2.1.12.5 *Evidência(s):*
- 2.1.12.5.1 Catálogo de serviços de TI do TRE-BA, disponível em <http://intranet.tre-ba.gov.br/institucional/unidades/sti/coordenadoria-de-producao-e-suporte/central-de-servicos-de-tic-cestic-1/catalogo-de-servicos-de-ti>, acesso em 3/5/2018; resposta da STI à RDI nº 24/2018 (PAD nº 6.213/2018, Doc. nº 87.184/2018); e minuta preliminar de Acordo de Nível de Serviço disponível em \\tre-ba\arquivos\STI-GAB\PUBLICA\PAD.6213.2018_Evidências.RDI.24.CNJ\Evidências.item.1.11, acesso em 29/5/2018.
- 2.1.12.6 *Esclarecimentos dos responsáveis:*
- 2.1.12.6.1 Em resposta à RDI nº 28/2018 (PAD nº 8.024/2018, Doc. nº 108.656/2018), a STI informou que a proposta de Acordo de Nível de Serviço (ANS) foi apresentada ao CGTI (PAD nº 7118/2018) e se encontrava em análise pelo Comitê.
- 2.1.12.6.2 Em resposta à RDI Circular nº 7/2018 (PAD nº 9.842/2018, Doc. nº 132.943/2018), a STI informou que após a formalização do processo de gerenciamento de nível de serviço e do processo de gerenciamento do catálogo de serviço foi realizada a atualização do catálogo de serviços de TIC do Tribunal, que se encontra disponibilizado na área da Central de Serviços de TIC, na Intranet. Ainda, comunicou a publicação no DJE de 17/7/2018 da Portaria nº 91, de 16 de julho de 2018, da Diretoria-Geral, que institui o Acordo de Nível de Serviço de TIC no âmbito do TRE-BA.
- 2.1.12.7 *Conclusão da equipe de auditoria:*
- 2.1.12.7.1 Tendo em vista a atualização do catálogo de serviços de TIC do Tribunal, bem como a formalização do Acordo de Nível de Serviço de TIC, no âmbito organizacional, por meio da Portaria da Diretoria-Geral nº 91/2018, opina-se pela elisão do achado anteriormente evidenciado, fazendo-se, portanto, desnecessária a manutenção do encaminhamento saneador anteriormente proposto.
- 2.1.13 Ausência de gerenciamento de riscos de TI.
- 2.1.13.1 *Situação encontrada:*
- 2.1.13.1.1 Não se evidenciou formalização de sistema, política ou processo de gestão de riscos de TI. Não obstante, verificou-se apresentação de minuta de resolução com o propósito de instituir sistema de gestão de riscos corporativos, inclusive daqueles

afetos à segurança da informação, contemplando princípios, diretrizes, objetivos, estrutura, papéis e responsabilidades, bem como processo de trabalho associado.

2.1.13.1.2 Registre-se, contudo, adoção de iniciativas com vistas à implementação do gerenciamento de riscos inerentes a aspectos relevantes da área de TI, bem como de segurança da informação, quais sejam: identificação, análise e avaliação de riscos afetos à prestação de serviços de TI e execução da estratégia de TIC, constante do PETI 2016-2021, p. 29/32, embora as respostas previstas não tenha sido efetivamente implementadas; manualização do processo de contratação de Soluções de Tecnologia da Informação (Portaria do Diretor-Geral nº 179, de 3 de novembro de 2015, com previsão de etapa destinada à identificação, análise e avaliação de riscos, quando da elaboração dos estudos preliminares; instituição de controles de acesso a pastas e sistemas de informação, consoante Orientação FAQ#0000227; monitoramento de serviços e sistemas por intermédio da ferramenta Zabbix; e aprovação de políticas de backup de dados corporativos nos computadores dos cartórios eleitorais da Bahia (Portaria da Presidência nº 146, de 20 de março de 2014), e de dados da Secretaria (Portaria da Presidência nº 796, de 24 de setembro de 2013).

2.1.13.2 *Critério(s):*

2.1.13.2.1 ISO 31000:2009 - subitens 4.3 e 4.3.2; COBIT 5 – APO012 – Gerenciar os riscos de TI; art. 13º, Seção III, da Resolução TSE nº 23.501 de 19 de dezembro de 2016; e art. 17 da Resolução CNJ nº 182, de 17 de outubro de 2013.

2.1.13.3 *Causa(s):*

2.1.13.3.1 Cultura organizacional incipiente em gerenciamento de riscos com vistas a assegurar alcance de objetivos e continuidade do negócio; e insuficiente número de ações de conscientização, educação e treinamento em segurança da informação.

2.1.13.4 *Efeito(s) (real ou potencial):*

2.1.13.4.1 Comprometimento da concretização da missão e alcance da visão de futuro institucionais, bem como dos direcionadores estabelecidos no PETI 2016-2021; deficiência na execução de projetos de TI; incapacidade de sustentar as operações da organização; redução no valor do negócio na área de TI; aplicação de recursos na área de TI de forma inadequada; não contratação de soluções de TI em tempo hábil em virtude da morosidade do processo de contratação em decorrência de ausência de tratamento de riscos associados; estabelecimento inadequado de prioridades para ações de TI, inclusive de segurança da informação; e vulnerabilidade do Órgão em virtude de perda ou comprometimento de informações em caso de interrupção de serviços por causas naturais ou intencionais.

2.1.13.5 *Evidência(s):*

2.1.13.5.1 PAD nº 13.847/2017, Docs. nº 219.519/2017 e 64.186/2018; PAD nº 14.283/2017, Doc. nº 200.180/2017; PETI 2016-2021, p. 29/32; PAD nº 12.239/2016, Doc. nº 16.192/2017 e PAD nº 7.893/2017, Doc. nº 129.596/2017; Manual de Contratações de STIC organizacional, aprovado por meio da Portaria DG nº 179/2015; Portarias da Presidência nº 146, de 20 de março de 2014 - Dispõe sobre a política de *backup* de dados corporativos nos computadores dos cartórios eleitorais da Bahia e Portaria da Presidência nº 796, de 24 de setembro de 2013 - Estabelece Norma de Segurança da Informação – NSI-01 – Política de *Backup* de Dados Corporativos e dá outras providências.

2.1.13.6 *Esclarecimentos dos responsáveis:*

2.1.13.6.1 Em resposta à RDI nº 28/2018 (PAD nº 8.024/2018, Doc. nº 108.656/2018), a STI informou, em 13/6/2018, que não obstante a adoção de iniciativas com vistas à

implementação do gerenciamento de riscos inerentes a aspectos relevantes da área de TI, o atendimento à proposta de encaminhamento formulada dependeria da formalização do Sistema de Gestão de Riscos organizacional.

- 2.1.13.6.2 Em resposta à RDI nº 33/2018 (PAD nº 8.030/2018, Doc. nº 108.039/2018), a SEGEPRO/COPEG informou, em 13/6/2018, que este Tribunal ainda não teve a sua Política de Gestão de Riscos implementada, bem como a Gestão de Riscos de TI. Esclareceu, ainda, que a minuta da Resolução destinada a instituir a Gestão de Riscos no âmbito do TRE-BA encontrava-se na Assessoria de Consultoria em Governança, Gerenciamento de Riscos e Controle Interno (ASDEC), para análise, conforme PAD nº 13.847/2017.
- 2.1.13.6.3 Em resposta à RDI Circular nº 7/2018 (PAD nº 9.842/2018, Doc. nº 132.943/2018), a STI registrou a publicação, no DJE de 12/7/2018, da Portaria nº 368, de 11 de julho de 2018, da Presidência, que institui o Manual de Gestão de Riscos no âmbito do TRE-BA.
- 2.1.13.7 *Conclusão da equipe de auditoria:*
 - 2.1.13.7.1 Registre-se, preliminarmente, aprovação pela Corte deste Regional da Resolução nº 16/2018, que instituiu o Sistema de Gestão de Riscos, no âmbito do TRE-BA, contemplando, inclusive, riscos de Segurança da Informação, bem como sinalização expressa, no art. 15, inciso II, da Resolução Administrativa TRE-BA nº 17/2018, no sentido de sua aplicação complementar à governança e gestão de TIC.
 - 2.1.13.7.2 Não obstante, a análise das evidências coletadas no curso da auditoria, revelou ausência de efetivo gerenciamento de riscos associados às atividades de TI, ainda que dissociado de política ou processo institucionalmente definido. Nesse sentido, conclui-se pela subsistência da fragilidade anteriormente sinalizada, alterando-se, contudo, o encaminhamento anteriormente proposto.
- 2.1.14 Insuficiente avaliação de desempenho dos serviços de TI.
 - 2.1.14.1 *Situação encontrada:*
 - 2.1.14.1.1 Existência de diretrizes formais da Alta Administração que direcionam as avaliações de desempenho dos serviços de TI, através dos objetivos estratégicos contidos no PEI 2016-2021 (aperfeiçoar a governança de TIC; e promover a melhoria dos serviços de TIC), bem como no PETI 2016-2021 (prover infraestrutura e portfólio de serviços de TI adequados às atividades do Tribunal; e primar pela satisfação dos usuários).
 - 2.1.14.1.2 Contudo, da análise do PEI vigente, constatou-se que a mensuração do desempenho do objetivo estratégico “promover a melhoria dos serviços de TIC”, encontra-se atrelada ao cumprimento das metas do PETI, pendentes de definição em face da ausência de formalização do caderno de indicadores associado.
 - 2.1.14.1.3 Apesar da impossibilidade de mensuração do desempenho dos serviços de TIC, em 2017, registre-se sinalização da STI no sentido de que: procede ao monitoramento da disponibilidade de sistemas críticos através da ferramenta Zabbix; utilizará questionário de *feedback*, proposto pelo projeto estratégico Acerte na demanda, para avaliação dos sistemas desenvolvidos, pelas unidades clientes, quanto ao atingimento dos objetivos do negócio, facilidade de uso e satisfação geral; adotou rotina de encaminhamento de Relatório de Serviços de TIC ao CGTI, com periodicidade trimestral, a partir de 2018, visando reportar as métricas contidas nos Acordos de Nível de Serviço e apresentar informações adicionais relacionadas a tendências e atividades na STI.

- 2.1.14.1.4 Registre-se que o referido relatório, em sua primeira versão, datada de abril/2018, tratou da mensuração do desempenho do serviço de *Service Desk*.
- 2.1.14.2 *Critério(s)*:
- 2.1.14.2.1 ISO 38500:2009, subitem 3.5; Acórdão TCU nº 1.603/2008 – Plenário, subitem 9.1.5; e art. 109, da Resolução Administrativa TRE-BA nº 12/2018.
- 2.1.14.3 *Causa(s)*:
- 2.1.14.3.1 Incipiente cultura organizacional em orientação para resultados; e insuficiência de processo contínuo de acompanhamento da governança e gestão de TI organizacionais.
- 2.1.14.4 *Efeito(s) (real ou potencial)*:
- 2.1.14.4.1 Comprometimento da concretização dos direcionadores estabelecidos no PETI 2016-2021; desempenho insatisfatório, haja vista ausência de sinalização formal de expectativas de resultado; insatisfação dos usuários de negócio e dos clientes externos com os serviços de TI; e inviabilização da avaliação do desempenho e efetividade da área de TI, bem como de identificação de oportunidades de melhoria.
- 2.1.14.5 *Evidência(s)*:
- 2.1.14.5.1 PEI 2016-2021; PETI 2016-2021; resposta da STI à RDI nº 24/2018 (PAD nº 6.213/2018, Doc. nº 87.184/2018, item 1.5); PAD nº 6.311/2018 (encaminha Relatório de Serviços de TIC ao CGTI); e ata de reunião do CGTI de 8/5/2018 (apreciação do Caderno de Indicadores e Metas de Medição associado ao PETI 2016-2021).
- 2.1.14.6 *Esclarecimentos dos responsáveis*:
- 2.1.14.6.1 Em resposta à RDI nº 28/2018 (PAD nº 8.024/2018, Doc. nº 108.656/2018), a STI informou que o Caderno de Indicadores e Metas de Medição encontrava-se sob análise do CGTI, acrescentando que o acompanhamento dos indicadores seria iniciado após aprovação do caderno, de acordo com os períodos estabelecidos no referido documento, momento a partir do qual os resultados apurados seriam devidamente divulgados.
- 2.1.14.6.2 Em resposta à RDI nº 27/2018 (PAD nº 8.023/2018, Doc. nº 110.924/2018), a Presidente do CGovTIC, Comitê que sucedeu o CGTI, informou que o Caderno de Indicadores e Metas de Medição do desempenho de TIC foi apresentado ao CGovTIC pelo Comitê de Gestão de TIC (CGesTIC) e encontrava-se em fase de apreciação.
- 2.1.14.6.3 Informou, ainda, que a COPEG teceu considerações técnicas quanto à proposta de indicadores, conforme PAD nº 6.311/2018, tendo sido iniciada a discussão sobre a matéria durante a reunião do Comitê, ocorrida em 12/6/2018, registrando que, diante dos questionamentos apresentados por alguns integrantes do referido colegiado, houve necessidade de aprofundamento da discussão, o que teria impedido a apreciação completa do documento, com previsão de ser concluída na reunião marcada para o dia 19/6/2018.
- 2.1.14.6.4 Informou que, após a aprovação pelo CGovTIC, o Caderno seria submetido à apreciação superior, na forma estabelecida no art. 29, I, da Resolução Administrativa TRE-BA nº 17/2018.
- 2.1.14.6.5 Acrescentou que, embora ainda não tivesse ocorrido a aprovação das metas de medição e ausência de revisão do Plano Estratégico de TIC (PETIC), o CGovTIC acompanhava o desempenho de TIC por meio das reuniões formais do Comitê, onde são apresentados relatórios e discutidas prioridades de demandas e investimentos na área.
- 2.1.14.6.6 Registrou, por fim, a recente iniciativa organizacional, no sentido de criação de espaços específicos, nas páginas do Tribunal na Internet e Intranet, destinados à

divulgação das diretrizes e decisões afetas à Governança de TIC, onde será publicada, de forma centralizada, a documentação produzida pelo CGovTIC, para conhecimento das partes interessadas.

2.1.14.6.7 Em resposta à RDI Circular nº 7/2018 (PAD nº 9.842/2018, Doc. nº 132.943/2018), a STI informou que o Caderno de Indicadores e Metas de Medição do Planejamento Estratégico de TIC, concluído pelo CGesTIC, aprovado pelo CGovTIC e pelo Pleno do Tribunal, foi instituído pela Resolução Administrativa TRE-BA nº 21/2018, publicada no DJE de 29/6/2018. Ademais, que as medições dos indicadores do PETIC seriam realizadas nos períodos estabelecidos no referido Caderno, sem prejuízo do seu regular acompanhamento. Ainda, que os resultados apurados seriam divulgados em local específico na Intranet e Internet do Órgão.

2.1.14.7 *Conclusão da equipe de auditoria:*

2.1.14.7.1 Em face da aprovação do Caderno de Indicadores e Metas de Medição, por meio da Resolução Administrativa TRE-BA nº 21/2018, contemplando dez indicadores de desempenho, sendo um para cada objetivo estratégico associado ao PETI 2016-2021, faz-se desnecessária a manutenção de recomendação ao CGovTIC, no sentido de priorização da apreciação do referido documento, anteriormente formulada.

2.1.14.7.2 Contudo, não obstante aprovação do Caderno de Indicadores e Metas de Medição do PETI e sinalização de iniciativas tendentes ao aperfeiçoamento de sistemáticas de divulgação de decisões e resultados de TIC, na Intranet e Internet organizacional, conclui-se que, enquanto não mensurado o desempenho dos serviços de TI, e processada a efetiva comunicação às partes interessadas quanto às decisões e resultados apurados, subsistirá a fragilidade ora evidenciada.

2.1.15 Ausência de formalização de planos táticos e operacionais voltados ao atendimento do PEI e PETI.

2.1.15.1 *Situação encontrada:*

2.1.15.1.1 Não se evidenciou formalização de planos táticos e operacionais voltados ao atendimento dos objetivos estratégicos elencados no PEI e no PETI formalizados para o ciclo 2016-2021, não obstante atribuição da competência de elaborar os referidos instrumentos de gestão à Comissão Tática de TI do Tribunal.

2.1.15.2 *Critério(s):*

2.1.15.2.1 Art. 8º, da Resolução CNJ nº 211/2015; inciso II, do art. 3º, da Portaria do Diretor-Geral nº 34/2016; ISO 38.500:2009, subitem 3.3; e Acórdão TCU nº 1.603/2008 – Plenário, subitem 9.1.1.

2.1.15.3 *Causa(s):*

2.1.15.3.1 Incipiente cultura organizacional em orientação para resultados; e insuficiência de visão sistêmica nas ações que gerenciam pessoas, processos e serviços de TIC.

2.1.15.4 *Efeito(s) (real ou potencial):*

2.1.15.4.1 Comprometimento da concretização da missão e alcance da visão de futuro institucionais, bem como dos direcionadores estabelecidos no PETI 2016-2021; dificuldade do Tribunal em atingir a meta de promover a melhoria da governança, da gestão e da infraestrutura tecnológica estabelecida pelo CNJ.

2.1.15.5 *Evidência(s):*

2.1.15.5.1 Resposta da STI ao questionário de auditoria (PAD nº PAD 4.061/2018, Doc. nº 60.976/2018).

- 2.1.15.6 *Esclarecimentos dos responsáveis:*
- 2.1.15.6.1 Em resposta à RDI nº 29/2018 (PAD nº 8.025/2018, Doc. nº 108.664/2018), a CTTI informou que o Plano Diretor de TI encontra-se em fase final de elaboração pela CTTI, com conclusão prevista até o final do mês corrente, para apresentação ao Comitê Gestor de Tecnologia da Informação (CGTI).
- 2.1.15.6.2 Em resposta à RDI Circular nº 7/2018 (PAD nº 9.842/2018, Doc. nº 132.943/2018), a STI informou que o CGeSTIC vem atuando diretamente na proposição de normativos voltados à elevação da capacidade em governança e gestão de TIC. Ademais, ponderou que houve a formalização do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) para o período 2018/2019, do Plano de Continuidade de Serviços de TIC, do Plano de Contratações de TIC e do Acordo de Nível de Serviço, além de diversos processos de gerenciamento de serviços e de *software*, bem como da revisão do Catálogo de Serviços de TIC, demonstrando o empenho da área de TI em adotar iniciativas orientadas a resultados. Ainda, que os normativos e demais documentos afetos à governança de TIC seriam divulgados na Intranet e Internet do Órgão (<http://www.treba.jus.br/transparencia/governanca-e-gestao/governanca-de-tic>).
- 2.1.15.7 *Conclusão da equipe de auditoria:*
- 2.1.15.7.1 Não obstante constatação de formalização de planos de gerenciamento de serviços de TIC e de continuidade de serviços essenciais de TIC, e considerando que os planos táticos e operacionais a que se refere o achado de auditoria sob exame não se confundem com o Plano Diretor de TI, consoante teor dos arts. 6º e 8º, parágrafo único, da Resolução CNJ nº 211/2015, conclui-se pela subsistência da fragilidade anteriormente evidenciada e respectivos riscos associados.
- 2.1.16 Insuficiente atuação da Comissão Tática de TI relativamente às finalidades e atribuições estabelecidas em seu ato constitutivo.
- 2.1.16.1 *Situação encontrada:*
- 2.1.16.1.1 Não se evidenciou, da análise das atas de reuniões da CTTI, instância colegiada competente para a gestão de TI do TRE-BA, juntamente com os Chefes de Seção de TI, atuação suficientemente alinhada com as finalidades e competências estabelecidas nos arts. 1º e 3º da Portaria DG nº 34, de 4 de março de 2016.
- 2.1.16.1.2 Assim, examinados registros correspondentes a quatro reuniões realizadas, observado o lapso temporal compreendido entre março/2016 e maio/2018, constatou-se deliberação especificamente quanto às seguintes matérias: resposta conjunta às questões destinadas à STI, no levantamento de Governança de TIC do CNJ (reunião de 6/9/2017); elaboração do Plano de Ação para elevação de maturidade em Governança de TI em atenção à determinação da Presidência (reunião de 13/3/2018); conclusão da elaboração do Caderno de Indicadores e Metas de Medição do PETI (reunião de 30/4/2018); e levantamento de informações e evidências para resposta à RDI nº 24/2018 (reunião de 10/5/2018).
- 2.1.16.2 *Critério(s):*
- 2.1.16.2.1 Art. 8º, da Resolução CNJ nº 211/2015; e arts. 1º e 3º, da Portaria DG nº 34/2016.
- 2.1.16.3 *Causa(s):*
- 2.1.16.3.1 Incipiente cultura organizacional em orientação para resultados.
- 2.1.16.4 *Efeito(s) (real ou potencial):*
- 2.1.16.4.1 Comprometimento da concretização da missão e alcance da visão de futuro institucionais, bem como dos direcionadores estabelecidos no PETI 2016-2021; atuação tática e operacional de TI desalinhada com a estratégia da organização,

bem como com a estratégia de TI; e apoio insuficiente dos projetos baseados em TI aos objetivos institucionais.

2.1.16.5 *Evidência(s):*

2.1.16.5.1 Resposta da STI à RDI nº 24/2018 (PAD nº 6.213/2018, Doc. nº 87.184/2018); atas da CTTI referentes às reuniões de 6/9/2017, 13/3, 30/4 e 10/5/2018.

2.1.16.6 *Esclarecimentos dos responsáveis:*

2.1.16.6.1 Em resposta à RDI nº 29/2018 (PAD nº 8.025/2018, Doc. nº 108.664/2018), a CTTI informou que, conforme previsto na Portaria DG nº 34/2016, as decisões orientadoras do planejamento, execução e controle das atividades viabilizadoras do alcance dos objetivos corporativos de TI são tomadas, regularmente, a partir de deliberação colegiada dos gestores da STI (Secretária e Coordenadores), que integram a CTTI, em que pese o insuficiente registro de tal prática em documentos formais, até então, para divulgação às partes interessadas.

2.1.16.6.2 Em resposta à RDI Circular nº 7/2018 (PAD nº 9.842/2018, Doc. nº 132.943/2018), a STI reiterou que o Comitê de Gestão de TIC atua de forma condizente com seu ato constitutivo, embora tal atuação não se encontrasse registrada em documentos formais. Ainda, informou que já iniciou a documentação da atuação do CGesTIC, mediante formalização e remessa para divulgação das atas de reuniões realizadas nos dias 10, 16, 17 e 29/5, 29/6, 11 e 13/7/2018, durante as quais o Comitê atuou em alinhamento com o quanto previsto no art. 33, da Resolução Administrativa TRE-BA nº 17/2018.

2.1.16.7 *Conclusão da equipe de auditoria:*

2.1.16.7.1 Realizada consulta às atas das reuniões ocorridas nos dias 29/6, 11 e 12/7/2018, disponibilizadas na pasta pública STI-GAB, subpasta “governança para publicação”, verificou-se que foram objeto de apreciação pelo CGesTIC os seguintes temas: discussão de questões do Levantamento Integrado de Governança Organizacional Pública – ciclo 2018 (PAD nº 7.863/2017) e do Levantamento de Governança, Gestão e Infraestrutura de TIC do Poder Judiciário – iGovTIC-JUD 2018 (CNJ); apresentação do Relatório de Serviços de TIC – 2º trimestre de 2018 (PAD nº 4.478/2018); apresentação da revisão dos processo de gerenciamento de TIC e do Catálogo de Serviços; apresentação do Plano de Continuidade de Serviços Essenciais de TIC; e, revisão do Plano de Trabalho objeto no art. 29 da Resolução CNJ nº 211/2015 (PAD nº 10.463/2018).

2.1.16.7.2 Nesse sentido, observada a realização de ações voltadas ao alinhamento da atuação do CGesTIC às competências dispostas no art. 33, da Resolução Administrativa TRE-BA nº 17/2018, conclui-se pela elisão do achado anteriormente evidenciado, fazendo-se, portanto, desnecessária a manutenção do encaminhamento saneador anteriormente proposto.

2.1.17 Insuficiente atuação da Comissão de Segurança da Informação, em face das atribuições previstas no art. 23 da Resolução TSE nº 23.501/2016.

2.1.17.1 *Situação encontrada:*

2.1.17.1.1 Verificou-se designação de Comissão de Segurança da informação em 2009, por meio da Portaria do Diretor-Geral nº 573, de 2 de outubro de 2009. O referido grupo de trabalho passou por sucessivas alterações, com a composição designada e reestruturada pelas Portarias da Presidência nº 612/2017 e 142/2018, respectivamente.

2.1.17.1.2 Não se verificaram registros de atas e/ou reuniões realizadas pela Comissão. Identificou-se que, ao longo de 2017, a grande maioria das deliberações foi tomada

- internamente entre seus membros ou em reuniões técnicas com a STI (elaboração em 2016, disciplinando o acesso remoto através da Extranet e VPN no TRE-BA).
- 2.1.17.1.3 Verificaram-se iniciativas da antiga composição da CSI para a divulgação da Política de Segurança da Informação (PSI), tais quais: palestra ministrada por ocasião do X Encontro de Servidores do Interior, disponível em *link* da intranet; publicação da PSI do TRE-BA na Internet e Intranet do Tribunal.
- 2.1.17.1.4 Ademais, foram evidenciadas as seguintes medidas: adoção da PSI da Justiça Eleitoral, no âmbito do TRE-BA, por meio da Portaria da Presidência nº 611/2017; regulamentação da classificação da informação quanto à confidencialidade, por meio da Resolução Administrativa TRE-BA nº 13/2017; instituição da Equipe de tratamento e resposta a incidentes em redes computacionais, por meio da Portaria da Presidência nº 641/2017.
- 2.1.17.1.5 Verificou-se, ainda, agendamento de reunião da CSI para deliberar a respeito da criação de grupo de apoio multidisciplinar para auxiliar a COGED na regulamentação do processo de classificação da informação.
- 2.1.17.1.6 Não obstante não se evidenciou atuação da Comissão de Segurança da Informação voltada à concretização das competências previstas nos incisos I, IV a VI e VIII do art. 23 da Resolução TSE nº 23.501/2016.
- 2.1.17.2 *Critério(s):*
- 2.1.17.2.1 Art. 23, da Resolução TSE 23.501/2016; e art. 9º, da Resolução CNJ nº 211/2015.
- 2.1.17.3 *Causa(s):*
- 2.1.17.3.1 Incipiente cultura organizacional em orientação para resultados; incipiente cultura organizacional em gerenciamento de riscos com vistas a assegurar alcance de objetivos e continuidade do negócio; e deficiência nos controles internos instituídos.
- 2.1.17.4 *Efeito(s) (real ou potencial):*
- 2.1.17.4.1 Atuação deficiente em segurança da informação; ações de segurança da informação da organização pouco eficazes; desperdício de recursos em ações não prioritárias; e ausência de modelo de referência comum compreensível a gestores e operadores de TI.
- 2.1.17.5 *Evidência(s):*
- 2.1.17.5.1 Portarias da Presidência nº 612/2017 e 142/2018; e resposta da CSI ao questionário de auditoria (PAD nº 4.064/2018, Docs. nº 88.489, 94.945, 94.948, 94.952 e 94.975/2018).
- 2.1.17.6 *Esclarecimentos dos responsáveis:*
- 2.1.17.6.1 Em resposta à RDI nº 30/2018 (PAD nº 8.026/2018, Doc. nº 106.650/2018), o Presidente da CSI reiterou as informações registradas na situação encontrada, acrescentando a Portaria da Presidência nº 642, de 21 de dezembro de 2017, que designou membros da Comissão da Equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes em Redes Computacionais (ETIR) do TRE-BA.
- 2.1.17.6.2 Informou, por fim, agendamento de reunião da Comissão para 14/6/2018, às 16h, a fim de deliberar a respeito da seguinte pauta: a) criação de grupo de apoio multidisciplinar para auxiliar a COGED na regulamentação e coordenação do processo de classificação da informação e na execução das orientações técnicas e procedimentos aplicáveis; b) estabelecimento de Grupos de Trabalho, com indicação pela CSI, com vistas a propor e compilar normas, procedimentos, planos e processos quanto à Política de Segurança da Informação (item 3.4 do documento nº 41.662/2018); c) estabelecimento de cronograma de implantação da Política de Segurança da Informação, levando em consideração as atribuições dispostas no art. 23 da Resolução TSE nº 23.501 (item 3.5 do documento nº 41.662/2018); d)

apresentação, para posterior seleção, de temas ligados à Segurança da Informação para desenvolvimento e implantação de normas em 2018; e e) sugestão de estabelecimento de acordo de cooperação entre o TRE e órgãos vizinhos para utilização, em redundância e com reciprocidade, de suas salas cofre/containeres *datacenter*.

2.1.17.6.3 Em resposta à RDI Circular nº 7/2018 (PAD nº 9.842/2018, Doc. nº 124.758/2018), a CSI informou como resultados da reunião de seus membros, ocorrida em 18 de junho de 2018, o seguinte: criação de grupo de apoio multidisciplinar para regulamentação e coordenação do processo de classificação da informação, conforme PAD nº 8.997/2018, com proposta de minuta sobre gerenciamento e controle de ativos de informação no âmbito do TRE-BA; instituição de normativos de segurança da informação no âmbito deste Tribunal, consoante PAD nº 9.491/2018, com a publicação da Portaria nº 356/2018, que institui as Normas de Segurança da Informação (NSI-001 – Gestão de Incidentes em Segurança da Informação, NSI-002 – Uso de Recursos de Tecnologia da Informação e Controle de Acesso, NSI-003 – Controle de Acesso à Internet, NSI-004 – Acesso Remoto, NSI-005 – Serviço de Correio Eletrônico Institucional, e NSI-006 – Gestão de Riscos de Tecnologia da Informação e Comunicação); e, proposta de realização de campanha institucional de conscientização em Segurança da Informação.

2.1.17.7 *Conclusão da equipe de auditoria:*

2.1.17.7.1 Preliminarmente, cumpre ressaltar a publicação da Portaria da Presidência nº 320, de 15 de junho de 2018, que designou novos servidores para compor a CSI deste Tribunal, sendo que a primeira reunião da referida instância colegiada, ocorreu em 18/6/2018, conforme ata encaminhada através do Doc. nº 114.630/2018.

2.1.17.7.2 Da análise do referido documento, verificou-se que, quanto ao item 3 da pauta – “Estabelecimento de cronograma de implantação da Política de Segurança da Informação, levando em consideração as atribuições dispostas no art. 23 da Resolução TSE nº 23.501/2016” – restou deliberado “a revisão do inventário de ativos”, como condição estruturante necessária à implantação de um Plano de Ação em Segurança da Informação, e “que seja elaborado em até 240 (duzentos e quarenta) dias um Plano de Ação em Segurança da Informação, com o objetivo de promover, no próximo biênio, a elevação do grau de consciência dos usuários deste Regional quanto à Segurança da Informação; favorecer a implantação de mecanismos de Gestão de Riscos e de Gestão de Segurança da Informação, bem como a redução de riscos nos processos de trabalho e nas próprias instalações físicas do TRE-BA” sendo que “o escopo inicial desse Plano de Ação deverá trazer um levantamento de riscos conhecidos e necessidades em Segurança da Informação em todas as áreas deste Tribunal, além da classificação dessas necessidades, selecionando ao final um conjunto reduzido de ações prioritárias, estruturantes e de conformidade para implantação no espaço de tempo de 02 (dois) anos a partir da sua propositura”.

2.1.17.7.3 Portanto, não obstante o extenso lapso temporal fixado para elaboração do Plano de Ação em Segurança da Informação, observa-se realização de ações voltadas ao alinhamento da atuação da CSI às competências dispostas no art. 36, da Resolução Administrativa TRE-BA nº 17/2018, com a instituição das Normas de Segurança da Informação, por meio da Portaria nº 356/2018, da Presidência desta Corte; proposição de minuta de norma que versa sobre a regulamentação do acesso à informação e à classificação de documentos por grau de sigilo (PAD nº 8.997/2018); e, divulgação sobre a instituição e os objetivos das normas de

segurança da informação por meio de mensagens enviadas pelo correio eletrônico institucional. Assim, conclui-se pela elisão do achado anteriormente evidenciado, fazendo-se, portanto, desnecessária a manutenção do encaminhamento saneador anteriormente proposto.

2.1.18 Insuficiente formalização de processos de gestão da segurança da informação.

2.1.18.1 *Situação encontrada:*

2.1.18.1.1 Não se verificou a formalização dos seguintes processos de gestão de segurança da informação: gestão de riscos, em que pese a apresentação de minuta de Sistema de Gestão de Riscos, ainda pendente de aprovação; gestão de continuidade de negócios, não obstante formalização de minuta pendente de ajustes para posterior submissão ao CGTI; gestão de serviços de internet; gestão do desenvolvimento de sistemas seguros, em que pese formalização de minuta pendente de ajustes para posterior submissão ao CGTI; e gestão do uso de recursos criptográficos.

2.1.18.1.2 Por outro lado, identificou-se: existência de Política de Segurança da Informação da Justiça Eleitoral, instituída por meio da Resolução Administrativa TSE nº 23.501/2016, recepcionada, no âmbito deste Regional, por meio da Portaria da Presidência nº 611/2017; NSI-01 – Política de *backup* de dados corporativos no âmbito da Secretaria do Tribunal (Portaria da Presidência nº 796/2013); NSI-02 – Política de *backup* de dados corporativos nos computadores dos cartórios eleitorais da Bahia (Portaria da Presidência nº 146/2014); NSI-03 – Normas de conduta, padrões e limites técnicos associados ao uso do serviço de correio eletrônico (Portaria da Presidência nº 121, de 26 de fevereiro de 2014, alterada pela Portaria nº 599, de 22 de setembro de 2016); NSI-04 – Gestor de sistema da informação (Portaria da Presidência nº 253, de 6 de julho de 2014); e NSI-05 – Diretrizes de acesso remoto através da Extranet e VPN (Portaria da Presidência nº 714, de 6 de dezembro de 2016).

2.1.18.1.3 Adicionalmente, verificou-se definição de procedimentos para: registro de incidentes em Segurança de Informação, através do sistema OTRS, tendo como destinatário a CSI; e segregação de áreas restritas e públicas de unidades da Secretaria do Tribunal, no servidor de arquivos corporativos (NAS).

2.1.18.1.4 Acrescente-se, ainda, regulamentação da classificação da informação quanto à confidencialidade, no âmbito do TRE-BA, por meio da Resolução Administrativa TRE-BA nº 13, de 18 de dezembro de 2017.

2.1.18.2 *Critério(s):*

2.1.18.2.1 Art. 11, I, “c”, da Resolução CNJ nº 211/2015; art. 6º e seções I a XI do capítulo IV da Resolução TSE nº 23.501/2016; Acórdão nº 1.233/2012 – Plenário, subitem 9.2.9 e 9.2.9.7; e NC 03/IN01/DSIC/GSIPR.

2.1.18.3 *Causa(s):*

2.1.18.3.1 Incipiente cultura organizacional em gerenciamento de riscos com vistas a assegurar alcance de objetivos e continuidade do negócio; e incipiente cultura organizacional em orientação para resultados.

2.1.18.4 *Efeito(s) (real ou potencial):*

2.1.18.4.1 Estabelecimento inadequado de prioridades para ações de segurança; desperdício de recursos em ações não-prioritárias, enquanto outras mais críticas deixam de ser realizadas; sistemas de informação sujeitos a fraudes e invasão de privacidade; ausência de orientação e coordenação da implementação de políticas e atividades que garantam que as diretrizes de privacidade serão cumpridas; interrupção de

serviços necessários à sociedade; e dificuldade de responsabilização na ocorrência de incidentes de segurança da informação.

2.1.18.5 *Evidência(s):*

2.1.18.5.1 Resolução TRE-BA nº 13/2017 (classificação da informação quanto à confidencialidade no âmbito do TRE-BA); Portaria da Presidência nº 611/2017; NSI-01 – Política de *backup* de dados corporativos no âmbito da Secretaria do Tribunal (Portaria da Presidência nº 796/2013); NSI-02 – Política de *backup* de dados corporativos nos computadores dos cartórios eleitorais da Bahia (Portaria da Presidência nº 146/2014); Portaria da Presidência nº 796/2013; Portaria da Presidência nº 121, de 26 de fevereiro de 2014, alterada pela Portaria nº 599, de 22 de setembro de 2016; Portaria da Presidência nº 253, de 6 de julho de 2014; Portaria da Presidência nº 714, de 6 de dezembro de 2016; PAD nº 4.064/2018, Doc. nº 88.697/2018; PAD nº 6.213/2018, Doc. nº 87.184/2018; PAD nº 13.847/2017, Doc. nº 64.186/2018; minuta de normativo regulamentando o processo de desenvolvimento de sistemas, no âmbito do TRE-BA, disponível em \\tre-ba\arquivos\COSCOR\PUBLICA\ProcessoSoftware_STI_TREBA, acesso em 24/5/2018; minuta preliminar de Plano de Continuidade de Serviços de TIC, disponível em \\tre-ba\arquivos\STI-GAB\PUBLICA\PAD.6213.2018_Evidências.RDI.24.CNJ\Evidências.item 1.10, acesso em 24/5/2018; e processo de segregação de áreas restritas e públicas de unidades da secretaria do Tribunal, disponível em \\tre-ba\arquivos\STI-GAB\PUBLICA\PAD.6213.2018_Evidências.RDI.24.CNJ\Evidências.item 1.12, acesso em 4/6/2018.

2.1.18.6 *Esclarecimentos dos responsáveis:*

2.1.18.6.1 Em resposta à RDI nº 25/2018 (PAD nº 8.020/2018, Doc. nº 108.646/2018), a ASSESP registrou que foram aprovadas pela Corte deste Regional, em 13/6/2018, as Minutas das Resoluções relativas à normatização de Governança e Gestão (PAD nº 4.652/2018), de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (PAD nº 14.283/2017) e de Gestão de Riscos (PAD nº 13.847/2017), com previsão de serem publicadas no DJE, de 15 de junho de 2018.

2.1.18.6.2 Em resposta à RDI nº 28/2018 (PAD nº 8.024/2018, Doc. nº 108.656/2018), a STI informou que o Plano de Continuidade de Serviços Essenciais de TI possuía versão preliminar. Além disso, registrou entendimento segundo o qual a finalização do referido plano dependeria da definição do Plano de Continuidade de Negócios da Instituição.

2.1.18.6.3 Informou, ainda, que a regulamentação do Processo de Desenvolvimento de *Software* estaria prevista para ocorrer até o final do mês de junho/2018.

2.1.18.6.4 Em relação à regulamentação dos serviços de internet, pontuou que a Portaria da Presidência nº 714/2016 apresentava disciplina quanto ao acesso remoto via extranet e VPN no âmbito da Justiça Eleitoral da Bahia.

2.1.18.6.5 Informou, por fim, que o Tribunal Superior Eleitoral, por meio da Portaria nº 338/2018, instituiu Grupo de Trabalho com o objetivo de apoiar os Tribunais Regionais na implantação da Política de Segurança da Informação, consistindo a primeira ação do referido GT na elaboração de questionário, respondido pelos Regionais, no sentido de identificar as formalizações já existentes.

2.1.18.6.6 Em resposta à RDI Circular nº 7/2018 (PAD nº 9.842/2018, Doc. nº 131.840/2018), a ASSESP esclareceu que a apreciação da minuta do normativo que regulamenta processos de segurança da informação (PAD nº 9.491/2018) foi

cumprida por meio da publicação da Portaria nº 356/2018, da Presidência deste Regional, no DJE de 5/7/2018.

2.1.18.6.7 Por sua vez, a STI (PAD nº 9.842/2018, Doc. nº 132.943/2018) informou a publicação da Portaria nº 92/2018, da Diretoria-Geral, que institui o Plano de Continuidade de Serviços de TIC no âmbito do TRE-BA.

2.1.18.7 *Conclusão da equipe de auditoria:*

2.1.18.7.1 Preliminarmente, registre-se formalização, em adição às regulamentações anteriormente processadas, do processo gerenciamento de incidentes, no âmbito deste Regional Eleitoral, consoante teor da Portaria do Diretor-Geral nº 80, de 12 de abril de 2016.

2.1.18.7.2 Acrescente-se, ainda, regulamentação da classificação da informação quanto à confidencialidade, no âmbito do TRE-BA, por meio da Resolução Administrativa TRE-BA nº 13, de 18 de dezembro de 2017, bem como do acesso à informação, por meio da Resolução Administrativa TRE-BA nº 20, de 27 de junho de 2018.

2.1.18.7.3 Registre-se, em paralelo, formalização dos processos de desenvolvimento, sustentação, gerenciamento de escopo e requisitos, gerenciamento de arquitetura e gerenciamento de ciclo de vida de *software*, no âmbito organizacional, por meio da Portaria da Presidência nº 80, de 29 de junho de 2018.

2.1.18.7.4 Acrescente-se a edição da Portaria nº 356/2018, que institui Normas de Segurança da Informação (NSI) no âmbito do TRE-BA, quais sejam: NSI-001 – Gestão de Incidentes em Segurança da Informação; NSI-002 – Uso de Recursos de Tecnologia da Informação e Controle de Acesso; NSI-003 – Controle de Acesso à Internet; NSI-004 – Acesso Remoto; NSI-005 – Serviço de Correio Eletrônico Institucional; e NSI-006 – Gestão de Riscos de Tecnologia da Informação e Comunicação.

2.1.18.7.5 Esclareça-se que os referidos processos de segurança da informação foram revisados por meio da Portaria da Presidência nº 400, de 27 de julho de 2018, restando acrescida, ao rol de processos anteriormente formalizados, a NSI-007 – Procedimentos de Backup e Recuperação de Dados.

2.1.18.7.6 Nesse sentido, não obstante publicação das Normas de Segurança da Informação supracitadas e do Plano de Continuidade de Serviços de TIC organizacional, registra-se carência de aprovação de Plano de Continuidade de Negócios institucional e de formalização de processo de gestão do uso de recursos criptográficos, motivo pelo qual opina-se pela proposição de encaminhamento no sentido de formalização do plano requerido pelo art. 14, e do processo previsto no art. 20, da Resolução TSE nº 23.501/2016.

2.1.19 Ausência de formalização de processo de *software*.

2.1.19.1 *Situação encontrada:*

2.1.19.1.1 Não se evidenciou formalização de processo de *software*. Não obstante, verificou-se elaboração de minuta de normativo regulamentando a matéria.

2.1.19.1.2 Evidenciou-se, adicionalmente, formalização de metodologia ágil de gerenciamento de projetos de *software* com utilização do SCRUM (AGIL/TRE-BA).

2.1.19.1.3 Acrescente-se verificação de previsão, no termo de referência atinente à contratação de Fábrica de *Software*, de utilização, pela Contratada, de processo de desenvolvimento de *software* baseado no *Scrum* e *Kanban*, contemplando práticas de *Extreme Programming* (XP).

- 2.1.19.2 *Critério(s)*:
- 2.1.19.2.1 Art. 18, da Resolução CNJ nº 211/2015; arts. 109, 112, incisos I e II, 114, inciso VI, e 130, inciso II, da Resolução Administrativa TRE-BA nº 12/2018; e Acórdão TCU nº 1.233/2012 – Plenário, subitens 9.2.3, 9.2.4, 9.2.9.4, 9.3.1, 9.11.4, 9.11.5, 9.11.12.5, 9.12, 9.13.3, 9.13.4, 9.13.14.5, 9.14.1, 9.15.6 e 9.15.7.
- 2.1.19.3 *Causa(s)*:
- 2.1.19.3.1 Insuficiente capacidade/maturidade organizacional em processos de TI.
- 2.1.19.4 *Efeito(s) (real ou potencial)*:
- 2.1.19.4.1 Baixa qualidade do *software* adquirido ou desenvolvido; ausência de padrão referencial orientador de aquisição ou desenvolvimento de sistemas organizacionais, inclusive no que tange à documentação e manutenção, inviabilizando a avaliação dos serviços desenvolvidos/contratados, o que possivelmente prejudicará a qualidade do produto gerado; aumento dos custos inicialmente previstos e dilação do prazo de entrega do produto; não cumprimento de parte das estratégias do Tribunal que dependam de TI; maior dificuldade no gerenciamento do processo de desenvolvimento de *software* e respectivos recursos envolvidos; e comprometimento da disponibilidade das informações nos sistemas e da estabilidade do ambiente de TI.
- 2.1.19.5 *Evidência(s)*:
- 2.1.19.5.1 Contratação de Fábrica de *Software* (PAD nº 15.707/2017, Doc. nº 54.689/2018); minuta de normativo regulamentando o processo de desenvolvimento de sistemas, no âmbito do TRE-BA, disponível em \\tre-ba\arquivos\COSCOR\PUBLICA\ProcessoSoftware_STI_TREBA, acesso em 24/5/2018; e resposta da STI ao questionário de auditoria (PAD nº 4.061/2018, Doc. nº 60.976/2018).
- 2.1.19.6 *Esclarecimentos dos responsáveis*:
- 2.1.19.6.1 Em resposta à RDI nº 28/2018 (PAD nº 8.024/2018, Doc. nº 108.656/2018), a STI informou que a apresentação da minuta de normativo para a formalização do processo de desenvolvimento de *software* organizacional está prevista para ocorrer até o final de junho/2018.
- 2.1.19.7 *Conclusão da equipe de auditoria*:
- 2.1.19.7.1 Tendo em vista formalização dos processos de desenvolvimento, sustentação, gerenciamento de escopo e requisitos, gerenciamento de arquitetura e gerenciamento de ciclo de vida de *software*, no âmbito organizacional, por meio da Portaria da Presidência nº 80/2018, opina-se pela elisão do achado anteriormente evidenciado, fazendo-se, portanto, desnecessária a manutenção do encaminhamento saneador anteriormente proposto.
- 2.1.20 Ausência de utilização de metodologia de gerenciamento de projetos institucional, na condução dos projetos de TI, ou de formalização de metodologia específica.
- 2.1.20.1 *Situação encontrada*:
- 2.1.20.1.1 Não se evidenciou formalização de processo específico de gerenciamento de projetos de TI. Não obstante, constatou-se formalização de metodologia de gerenciamento de projetos institucionais, contemplando processos de iniciação, planejamento, execução, monitoramento, controle e encerramento de iniciativas.
- 2.1.20.1.2 Verificou-se utilização da referida metodologia e respectivos *templates* (modelos) pelos projetos estratégicos do Tribunal e por alguns projetos não contemplados no PEI 2016-2021.

- 2.1.20.1.3 Verificou-se, adicionalmente, deliberação do CGTI, em reunião datada de 8/5/2018, no sentido de considerar a metodologia de gerenciamento de projetos institucional aplicável aos projetos de TI.
- 2.1.20.2 *Critério(s):*
- 2.1.20.2.1 Art. 12, I, “d”, da Resolução CNJ nº 211/2015; incisos I e II, do art. 19, da Resolução Administrativa TRE-BA nº 12/2018; Acórdão TCU nº 1.233/2012 – Plenário, subitens 9.2.6, 9.2.9.5, 9.11.6, 9.11.7, 9.11.12.6, 9.13.5, 9.13.6, 9.13.14.6, 9.15.8, 9.15.9 e 9.15.18.6; PMBOK 5ª Edição; COBIT 5, BAI01 – Gerenciar Programas e Projetos.
- 2.1.20.3 *Causa(s):*
- 2.1.20.3.1 Incipiente cultura organizacional em orientação para resultados; insuficiente capacidade/maturidade organizacional em processos de TI; insuficiente maturidade organizacional em gestão de projetos de TI; e inexistência de Escritório de Projetos de TI ou unidade com atribuição similar.
- 2.1.20.4 *Efeito(s) (real ou potencial):*
- 2.1.20.4.1 Comprometimento da concretização da missão e alcance da visão de futuro institucionais, bem como dos direcionadores estabelecidos no PETI 2016-2021; impacto na taxa de sucesso dos projetos institucionais; e elevação do risco de desempenho insatisfatório de projetos de TI.
- 2.1.20.5 *Evidência(s):*
- 2.1.20.5.1 Metodologia de Gerenciamento de Projetos do TRE-BA (Portaria da Presidência nº 335, de 25 de agosto de 2014); respostas da STI e COPEG ao questionário de auditoria (PAD nº 4.061/2018, Doc. nº 60.976/2018 e PAD nº 4.063/2018, Doc. nº 62.324/2018, respectivamente); resposta da STI à RDI nº 24/2018 (PAD nº 6.213/2018, Doc. nº 87.184/2018); e ata do CGTI referente à reunião de 8/5/2018.
- 2.1.20.6 *Esclarecimentos dos responsáveis:*
- 2.1.20.6.1 Em resposta à RDI nº 28/2018 (PAD nº 8.024/2018, Doc. nº 108.656/2018), a STI informou que os novos projetos de TI serão conduzidos de acordo com a Metodologia de Gerenciamento de Projetos Organizacional, conforme deliberação do CGTI.
- 2.1.20.6.2 Em resposta à RDI Circular nº 7/2018 (PAD nº 9.842/2018, Doc. nº 129.471/2018), a COPEG informou que a Seção de Gestão de Riscos e Gerenciamento de Projetos (SEGEPRO) é a unidade responsável pelo acompanhamento dos projetos estratégicos do Tribunal, prestando suporte à equipe de projeto no tocante a sua elaboração, formalização e monitoramento. Ainda, que a Metodologia de Gerenciamento de Projetos do TRE-BA, aprovada pela Portaria nº 335/2014, da Presidência desta Corte, consiste em uma ferramenta de auxílio ao gerenciamento e acompanhamento de projetos, garantindo a sua padronização.
- 2.1.20.6.3 Por sua vez, a STI (PAD nº 9.842/2018, Doc. nº 132.943/2018) salientou a necessidade de atuação efetiva da SEGEPRO/COPEG para apoio na condução e acompanhamento dos novos projetos de TIC, tendo em vista a ausência de estrutura específica na STI para tal fim, no caso, um Escritório de Projetos de TIC.
- 2.1.20.7 *Conclusão da equipe de auditoria:*
- 2.1.20.7.1 Tendo em vista a informação prestada pela unidade técnica, conclui-se pela elisão parcial do achado, no que tange à definição de metodologia de gerenciamento de projetos a ser utilizada para condução dos projetos de TI, reformulando-se encaminhamento saneador anteriormente proposto.

2.1.21 Ausência de Escritório de Projetos de TI ou unidade que realize atividades equivalentes.

2.1.21.1 *Situação encontrada:*

2.1.21.1.1 Não se evidenciou estruturação de Escritório de Projetos de TI.

2.1.21.1.2 Verificou-se, contudo, previsão, na Minuta de Resolução destinada a instituir o Sistema de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (SGTIC), no âmbito deste Regional (PAD nº 14.283/2017, Doc. nº 200.180/2017), de unidade equivalente competente para gerir planejamento, projetos e processos de TIC.

2.1.21.1.3 Constatou-se, ainda, competência da Seção de Gestão de Riscos e Gerenciamento de Projetos (SEGPRO) vinculada à Coordenadoria de Planejamento, Estratégia e Gestão (COPEG), para prestar suporte à equipe de projeto, estratégico ou não, no tocante a sua elaboração e formalização, restando apenas a atividade de acompanhamento restrita a projetos estratégicos.

2.1.21.2 *Critério(s):*

2.1.21.2.1 Art. 12, inciso I, alínea “d”, da Resolução CNJ nº 211/2015; inciso VIII, do art. 19, da Resolução Administrativa TRE-BA nº 12/2018; e PMBOK 5ª edição.

2.1.21.3 *Causa(s):*

2.1.21.3.1 Incipiente cultura organizacional em orientação para resultados; insuficiente capacidade/maturidade organizacional em processos de TI; insuficientes estruturas organizacionais para fazer face à gestão dos macroprocessos definidos na Resolução CNJ nº 211/2015; e insuficiente maturidade organizacional em gestão de projetos de TI.

2.1.21.4 *Efeito(s) (real ou potencial):*

2.1.21.4.1 Comprometimento da concretização da missão e alcance da visão de futuro institucionais, bem como dos direcionadores estabelecidos no PETI 2016-2021; impacto na taxa de sucesso dos projetos institucionais; e elevação do risco de desempenho insatisfatório de projetos de TI.

2.1.21.5 *Evidência(s):*

2.1.21.5.1 Metodologia de Gerenciamento de Projetos do TRE-BA (Portaria da Presidência nº 335, de 25 de agosto de 2014); minuta de Resolução destinada a instituir o Sistema de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (SGTIC) do TRE-BA (PAD nº 14.283/2017, Doc. nº 200.180/2017); respostas da STI e COPEG ao questionário de auditoria (PAD nº 4.061/2018, Doc. nº 60.976/2018).e PAD nº 4.063/2018, Doc. nº 62.324/2018); resposta da STI à RDI nº 24/2018 (PAD nº 6.213/2018, Doc. nº 87.184/2018); e ata do CGTI referente à reunião de 8/5/2018.

2.1.21.6 *Esclarecimentos dos responsáveis:*

2.1.21.6.1 Em resposta à RDI nº 25/2018 (PAD nº 8.020/2018, Doc. nº 108.646/2018), a ASSESP registrou que foram aprovadas pela Corte deste Regional, em 13/6/2018, as Minutas das Resoluções relativas à normatização de Governança e Gestão (PAD nº 4652/2018), de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (PAD nº 14283/2017) e de Gestão de Riscos (PAD nº 13847/2017), com previsão de serem publicadas no DJE de 15 de junho de 2018.

2.1.21.7 *Conclusão da equipe de auditoria:*

2.1.21.7.1 Preliminarmente, registre-se que a Resolução Administrativa TRE-BA nº 17/2018, em seu art. 5º, §2º, alçou os projetos de TI à categoria de estratégicos, atraindo, por consequência, a competência da SEGPRO, vinculada à COPEG, para acompanhamento das referidas iniciativas.

- 2.1.21.7.2 Nesse sentido, não obstante ausência de Escritório de Projetos de TI, tendo em vista a atribuição das referidas funções à COPEG, conclui-se pela elisão do achado, fazendo-se desnecessária a proposição de encaminhamento saneador.
- 2.1.22 Deficiente utilização do Documento de Oficialização da Demanda (DOD) nas contratações de solução de TI objeto da amostra.
- 2.1.22.1 *Situação encontrada:*
- 2.1.22.1.1 Não se evidenciou Documento de Oficialização da Demanda em três dos quatro processos objeto da amostra, nos termos requeridos pelo art. 12, §5º, da Resolução CNJ nº 182/2013 e Manual de Planejamento de Contratações de Soluções de TIC do TRE-BA, aprovado por meio da Portaria do Diretor-Geral nº 179/2015, que apresenta, em seu anexo I, modelo de DOD a ser utilizado nas respectivas contratações.
- 2.1.22.1.2 Registre-se que, do cotejo entre o “Formulário Padrão para Contratação de Bens e Serviços” e Termo de Referência atinentes às contratações de serviço de suporte técnico de informação e de locação de *notebooks* (PAD nº 6.714/2017, Docs. nº 90.173 e 90.176/2017 e PAD nº 2.266/2017, Docs. nº 31.056 e 31.062/2017, respectivamente), não restou evidenciado o atendimento às informações requeridas pelo modelo de DOD previsto no supracitado Manual, a exemplo do conteúdo referente aos campos: “Integrante Demandante”; “Indicação do orçamento previsto para a contratação/aquisição”; “Objetivos Estratégicos”; “Resultados a serem alcançados” e “Identificação da Equipe de Planejamento da Contratação”.
- 2.1.22.1.3 Quanto à contratação referente à aquisição de subscrições para Red Hat Enterprise Linux do Data Center do TRE-BA (PAD nº 5.022/2017), ao confrontar o conteúdo do “Formulário Padrão para Contratação de Bens e Serviços” (Doc. PAD nº 67.072/2017) e respectivo Termo de Referência (Doc. PAD nº 67.108/2017), observou-se maior semelhança com as informações requeridas pelo DOD, a exemplo das explicitações do alinhamento estratégico, benefícios esperados e do campo “observações”. No entanto, restou ausente a indicação do integrante demandante para a composição da Equipe de Planejamento da Contratação, bem como do orçamento previsto para a contratação/aquisição.
- 2.1.22.1.4 Quanto ao PAD nº 7.474/2016, referente aos Estudos Preliminares para atualização e manutenção do parque de informática, verificou-se a presença do DOD, com requisitos exigidos pela Resolução CNJ nº 182/2013.
- 2.1.22.2 *Critério(s):*
- 2.1.22.2.1 Resolução CNJ nº 182/2013, art. 12, §§4º, 5º, 6º e 7º; e Portaria DG TRE-BA nº 179/2015 que aprovou o Manual de Planejamento de Contratações de Soluções de TIC do TRE-BA, disponível em http://intranet.tre-ba.gov.br/aquisicao-de-bens-e-servicos/normas-manuais-e-orientacoes/ManualContratacoesSolucoesTIC_v1.0.pdf/view, acesso em 1º/6/2018, que em seu Anexo I apresenta modelo de Documento de Oficialização da Demanda.
- 2.1.22.3 *Causa(s):*
- 2.1.22.3.1 Insuficiência de capacitação dos responsáveis pela formalização/planejamento das contratações de STIC; e deficiência de controles internos associados.
- 2.1.22.4 *Efeito(s) (real ou potencial):*
- 2.1.22.4.1 Desconformidade com o aparato normativo vigente; não atendimento à demanda do negócio, no prazo pretendido, em face de diligências para complementação de informações requeridas à inicialização da demanda; e retrabalho.

2.1.22.5 *Evidência(s):*

2.1.22.5.1 PAD nº 6.714/2017, Docs. nº 90.173 e 90.176/2017 (Formulário Padrão para contratação de Bens e Serviços e termo de referência - Suporte Técnico de Informática para a Biometria); PAD nº 5.022/2017, Docs. nº 67.072 e 67.108/2017 (Formulário Padrão para Contratação de Bens e Serviços e Termo de Referência - Subscrições para Red Hat Enterprise Linux do Data Center do TRE-BA); PAD nº 2.266/2017, Docs. nº 31.056 e 31.062/2017 (Formulário Padrão para Contratação de Bens e Serviços e Termo de Referência – relativo à Locação de Notebooks); e PAD nº 7.474/2016, Doc. nº 91.400/2016 (DOD - Referente à Atualização e manutenção do parque de informática).

2.1.22.6 *Esclarecimentos dos responsáveis:*

2.1.22.6.1 Em resposta à RDI nº 32/2018 (PAD nº 8.029/2018, Doc. nº 101.392/2018), a SGA informou que nos termos do Manual de Planejamento de Contratações de Soluções de TIC do TRE-BA, aprovado por meio da Portaria nº 179/2015, da Diretoria-Geral, em alinhamento com a Resolução CNJ nº 182/2013 e a Instrução Normativa MPOG nº 4/2014, a elaboração de estudos preliminares é imprescindível para a contratação de solução de TIC. Registrou que os processos concernentes aos referidos estudos iniciam-se com o Documento de Oficialização da Demanda (DOD), conforme disposto nos preceitos regimentais internos e no art. 12, §4º, da Resolução CNJ nº 182/2013.

2.1.22.6.2 Afirmou que o DOD não é acostado ao respectivo processo de contratação, iniciado por meio do formulário padrão e instruído com o termo de referência (um dos produtos dos estudos preliminares). No que tange especificamente aos processos objeto da amostra, ressaltou o fato de que, a “desconformidade com o aparato normativo vigente” não se deu por desconhecimento da regra por parte das unidades demandantes de STIC e/ou “deficiência de controles internos associados”.

2.1.22.6.3 Pontuou que nos respectivos autos, estão expressamente consignadas as justificativas para a não realização dos estudos preliminares, conforme indicado pela SGA: 1) PAD nº 6.714/2017 - Suporte técnico de biometria: constou no formulário padrão que inicia o processo (Doc. nº 90.173/2017) justificativa da unidade solicitante, informando sobre decisão ocorrida na Diretoria-Geral em 24/5/2017, dispensando-se os estudos preliminares diante da urgência requerida para a contratação; 2) PAD nº 2.266/2017 - Locação de notebooks: conforme Documento nº 31.115/2017, a unidade demandante, em atenção à deliberação da Diretoria-Geral (Doc. nº 31.086/2017), encaminha o respectivo termo de referência e ressalta que, devido à urgência, não foram realizados os estudos preliminares. Esclareceu que a contratação também visava a atender demanda da biometria e, que, esse Tribunal apenas tomou conhecimento posterior quanto à sua necessidade, tendo em vista a impossibilidade de o TSE fornecê-los; 3) PAD nº 5.022/2017 - Red Hat Linux: constou no termo de referência (Doc. nº 67.108/2017), parte final, justificativa da unidade solicitante, informando que não foi realizado o rito previsto na Portaria do Diretor-Geral nº 179/2015, por se tratar de solução de TI já implantada neste Tribunal, requerendo-se apenas sua mera renovação.

2.1.22.6.4 Esclareceu que o CGTI aprovou a referida manifestação em reunião realizada no dia 10/10/2017 (Doc. nº 187.498/2017). Ressaltou que as determinações contidas no normativo de regência não foram seguidas em decorrência de deliberação superior, tendo em vista a urgência das necessidades (e falta de tempo hábil para realização dos estudos preliminares) e, no último caso, tratar-se de renovação de

solução já implantada neste Tribunal. Por fim, salientou que a utilização do DOD, nos moldes estabelecidos no art. 12, §§4º e 5º, da Resolução CNJ n.º 182/2013, vem sendo regularmente observada no âmbito deste Regional, motivo pelo qual questionou a utilidade/necessidade da proposta de encaminhamento em tela.

- 2.1.22.6.5 Em resposta à RDI Circular n.º 7/2018 (PAD n.º 9.842/2018, Doc. n.º 129.781/2018), no que se refere à indicação de integrante demandante para a composição da Equipe de Planejamento da Contratação (subitem 2.1.22.1.3), a Diretoria-Geral informou que foi deliberado pelo CGovTIC que cada Unidade solicitante de contratação de bem ou serviços de TI deverá indicar os integrantes demandante e administrativo dentre os servidores de sua própria área, sendo que, quando a unidade demandante for a STI, caberá à ASSESD a indicação do integrante administrativo em sistema de revezamento entre as Secretarias do Tribunal, incluindo a STI. Nesse caso, a indicação do integrante administrativo estará condicionada à verificação da indicação do integrante demandante, instituindo-se, assim, medida de controle para a mitigação do risco associado à atividade.
- 2.1.22.6.6 Por seu turno, a SGA (PAD n.º 9.842/2018, Doc. n.º 129.263/2018), corroborou, na íntegra, a necessidade de designação de grupo de trabalho para atualização do Manual de Planejamento de Contratações de TIC do TRE-BA, aprovado por meio da Portaria DG n.º 176/2015, oportunidade em que sugeriu que a referida equipe fosse composta por servidores lotados na SGA, STI, ASJUR1, bem como, fosse priorizada a tramitação do PAD n.º 15.496/2017, no qual minuta de portaria com proposta de alteração do citado Manual foi aprovada pelo então CGTI.
- 2.1.22.6.7 Ademais, a Presidente do CGovTIC (PAD n.º 9.842/2018, Doc. n.º 132.974/2018), reiterou esclarecimento prestado no sentido de que o Comitê acompanhava os normativos que regem as contratações de TIC e que as situações de dispensa de utilização do DOD, bem como de elaboração de estudos preliminares, apontadas nos achados, decorreram de situações excepcionais. Além disso, informou, que tem conhecimento e está alinhada à iniciativa adotada pela SGA, por meio do PAD n.º 8.761/2018, dirigido às possíveis unidades demandantes de Soluções de TIC do Tribunal, salientando a importância e necessidade de serem estritamente observadas as determinações previstas na Resolução CNJ n.º 182/2013, na Portaria da Diretoria Geral n.º 179/2015 e no Manual de Planejamento de Soluções de TIC do TRE-BA, especialmente no que tange à utilização do DOD quando da inicialização de demandas de Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação (STIC), nos termos dos §§4º e 5º, do art. 12 da mencionada Resolução.
- 2.1.22.7 *Conclusão da equipe de auditoria:*
- 2.1.22.7.1 Preliminarmente, faz-se necessário estabelecer distinção entre documento de oficialização da demanda, artefato exigido pelo art. 12, §5º da Resolução CNJ n.º 182/2013, e estudos preliminares, previstos no §1º do mesmo dispositivo legal.
- 2.1.22.7.2 Registre-se que a suposta dispensa de elaboração de estudos preliminares não abrange a utilização de documento de oficialização da demanda considerando tratar-se de artefato distinto, adstrito a requisitos mínimos específicos, cuja utilização entende-se obrigatória em face da natureza da contratação pretendida.
- 2.1.22.7.3 Nesse sentido, considerando que três dos quatro processos de contratação de solução de TIC não utilizaram o referido formulário e não contemplaram, alternativamente, a totalidade das informações requeridas no §5º, do art. 12, da Resolução CNJ n.º 182/2013, de modo a melhor instrumentalizar a elaboração do correspondente termo de referência, notadamente em face da ausência de

informações afetas aos estudos preliminares, conclui-se pela subsistência da fragilidade anteriormente evidenciada.

2.1.22.7.4 Não obstante, considerando argumentos espostos pela SGA e apresentação de evidências no sentido de regular utilização de DOD e elaboração de estudos preliminares atinentes a contratações de STIC realizadas pelo Órgão, pelo CGTI, reformula-se o encaminhamento anteriormente proposto.

2.1.23 Deficiente formalização de estudos técnicos preliminares nas contratações de solução de TI objeto da amostra.

2.1.23.1 *Situação encontrada:*

2.1.23.1.1 Ausência de elaboração de estudos preliminares em três dos quatro processos objeto da amostra selecionada: a) Serviço de suporte técnico de informática para a biometria, no valor de R\$ 675.277,91, tendo sido informado no Formulário Padrão para Contratação de Bens e Serviços que “consoante deliberação da Administração, em reunião realizada na Diretoria-Geral, em 24/5/2017, foi dispensada a realização de Estudos Preliminares e optou-se pela contratação na modalidade de postos de trabalho, tendo em vista a celeridade exigida pelas ações que visam a atender ao Recadastramento Biométrico de Eleitores”. Registre-se que, da análise da ata referida no formulário inaugural da contratação, observou-se registro de informação do Diretor-Geral no sentido de que “deve ser providenciado o PAD para contratação de suporte técnico de TI, específico para biometria, o qual, excepcionalmente, deve ser protocolizado sem a realização dos Estudos Preliminares”. Esclareça-se, por oportuno, que a decisão supra consignada resultou de reunião coordenada pela SOF, realizada com o objetivo de discutir a execução orçamentária e a programação de gastos para o recadastramento biométrico. Registre-se, ainda, que na manifestação da ASJUR1 alusiva à referida contratação, restou consignado que “a dispensa da realização de estudos preliminares foi deliberada pela Administração, em vista da celeridade exigida pelas ações que visam atender ao Recadastramento Biométrico”; b) Aquisição de subscrições para Red Hat Enterprise Linux do Data Center do TRE-BA, no valor de R\$ 211.009,00, tendo sido informado, no campo “observações” do termo de referência que, “por não se tratar de contratação de solução de TI, haja vista que ela já se encontra implantada, não foi realizado o rito previsto na Portaria nº 179/2015 da Diretoria-Geral, adotando-se o formato padrão de contratações”. Registre-se que, em atenção à manifestação da ASJUR1, a COINFRA ratificou posicionamento anterior, corroborado pela COGELIC nos seguintes termos: “Uma vez que se trata de sistema padrão adotado na Justiça Eleitoral, porém distribuído sob licença pública, caberia apenas a contratação das licenças de suporte técnico [...] dispensável seria a realização de estudos preliminares, posto que necessariamente apontariam para a solução acima aventada”. Ressalte-se que, ao apreciar a matéria, o CGTI deliberou, em reunião realizada na Diretoria-Geral, datada de 10/10/2017, pela dispensa da realização dos estudos técnicos preliminares, com base na manifestação da COINFRA; e, c) Contratação de serviço de locação de notebooks, incluindo a prestação dos serviços de manutenção corretiva, no valor de R\$ 175.609,09 (incluindo aditivo), a fim de atender às atividades do recadastramento biométrico no Estado da Bahia, identificando-se manifestação da SEQUIP informando que “dada a urgência, não houve estudos preliminares”. Registre-se informação consignada no Plano de Contratações de STIC 2017 – 1ª revisão, acessível na Intranet organizacional, sinalizando, quanto à contratação sob

exame, que o “CGTI autorizou a dispensa dos Estudos preliminares, devido à urgência da contratação. PAD nº 31.086/2017”. Esclareça-se, contudo, que o documento PAD objeto de remissão no Plano de Contratações de STIC corresponde à ata de reunião da Comissão de Biometria, datada de 15/2/2017. Da análise do referido documento, verificou-se registro de deliberação no sentido de “realizar licitação para locação de notebook”, ausente qualquer referência à decisão por dispensa de estudos preliminares. Não se evidenciou manifestação da ASJUR1 no que se refere à ausência de estudos técnicos preliminares.

- 2.1.23.1.2 Ressalte-se que a Resolução CNJ nº 182/2013, que dispõe sobre diretrizes para as contratações de STIC, no âmbito do Poder Judiciário, estabelece a obrigatoriedade de execução da fase de elaboração dos estudos preliminares de STIC, inclusive nas hipóteses de: inexigibilidade; dispensa de licitação ou licitação dispensada; criação ou adesão à ata de registro de preços; contratações com uso de recursos financeiros de organismos internacionais; e termos de cooperação, convênios e documentos afins com uso de recursos financeiros de instituições nacionais. Acrescenta, ainda, que os estudos preliminares deverão contemplar os seguintes documentos: I – Análise de Viabilidade da Contratação; II – Sustentação do Contrato; III – Estratégia para a Contratação; e IV – Análise de Riscos. Ressalta, apenas, que os documentos correspondentes aos itens II, III e IV não são obrigatórios para as contratações ou prorrogações cuja estimativa de preços seja inferior ao disposto no art. 23, inciso II, alínea “a”, da Lei nº 8.666/93 (R\$ 80.000,00). Adicionalmente determina que a equipe de planejamento da contratação apresente justificativa quando não for possível elaborar a documentação acima explicitada.
- 2.1.23.1.3 Registre-se que o Manual de Planejamento das Contratações das Soluções de TIC do TRE-BA, aprovado por meio da Portaria do Diretor-Geral nº 179/2015, extrapola os parâmetros permissivos de dispensa de realização de estudos preliminares, elencados na Resolução CNJ nº 182/2013, ao prever a possibilidade de dispensa de elaboração dos documentos II, III e IV supra referidos, caso a STI demonstre que a baixa complexidade da solução de TIC somente exige a elaboração do documento Análise de Viabilidade da Contratação.
- 2.1.23.1.4 Quanto ao PAD nº 7.474/2016, referente à atualização e manutenção do parque de informática, restou evidenciada formalização de estudos preliminares, contemplando requisitos exigidos pela Resolução CNJ nº 182/2013. Relevante ressaltar, contudo, verificação de encaminhamento à unidade demandante dos Estudos Preliminares e do Termo de Referência atinente à sobredita contratação, sem a assinatura dos integrantes técnico e administrativo da equipe de planejamento, em desalinho com o quanto determinado pelo artigo 13, § 1º, da Resolução CNJ nº 182/2013.
- 2.1.23.1.5 Ademais, constatou-se que o encaminhamento pelo titular da unidade demandante ao CGTI realizou-se sem o registro expresso da necessária aprovação dos referidos artefatos, em desacordo com o que preceitua o dispositivo supra citado. Observou-se, ainda, que o Manual de Contratações de STIC organizacional, em seu Capítulo III, item 4, não faz menção à necessária aprovação prévia dos estudos preliminares/termo de referência /projeto básico pelo titular da área demandante. Por outro lado, tal aprovação está desenhada no Fluxo do Planejamento da Contratação, elaborado através do Bizaggi e disponível em <http://bpm.tre-ba.jus.br/stic/#diagram/d23438df-7767-4e3d-97f9-0bd65079c90d>), consoante consulta realizada em 20/6/2018.

- 2.1.23.1.6 Adicionalmente, evidenciou-se, ainda da análise do PAD nº 7.474/2016, tramitação apartada de estudos preliminares e termo de referência, também em desalinhamento com o Fluxo do Planejamento da Contratação de STIC, estatuído pelo Manual de Contratações de STIC (Capítulo III, item 1.3.5) e com o quanto disposto no §1º, do artigo 13, da Resolução CNJ nº 182/2013. Esclareça-se que a tramitação conjunta dos referidos expedientes constitui hipótese de economia processual, agregando transparência e celeridade à contratação, considerando que tende a reunir informações relevantes sobre a escolha da solução a ser contratada e todas as suas especificações, sustentação e estratégia da contratação, além de riscos associados e respectivas medidas mitigatórias ou de contingência propostas, num mesmo expediente.
- 2.1.23.1.7 Note-se que, a análise de risco realizada deve cuidar da identificação, análise e dimensionamento dos principais eventos impeditivos ou dificultadores do sucesso da contratação, inclusive na fase de execução, devendo, portanto, figurar, no processo de aquisição como documento de consulta constante, orientando a efetiva gestão de riscos associados, inclusive pela equipe de fiscalização contratual. Ademais, as informações atinentes aos estudos preliminares auxiliam na interpretação do edital e termo de referência pelos licitantes, pregoeiros, unidade de assessoramento jurídico e demais partes interessadas podendo, ainda, ser utilizadas pelos fiscais do contrato.
- 2.1.23.2 *Critério(s):*
- 2.1.23.2.1 Resolução CNJ nº 182/2013, arts. 12 e 21; Acórdão TCU nº 1.233/2012-Plenário, subitem 9.14.2.1.3; e Manual das Contratações de STIC, aprovado por meio da Portaria DG TRE-BA nº 179, de 3 de novembro de 2015.
- 2.1.23.3 *Causa(s):*
- 2.1.23.3.1 Insuficiência de cultura organizacional em planejamento de contratações de STIC; deficiência de controles internos associados; e manualização de procedimentos desalinhada com o normativo de regência.
- 2.1.23.4 *Efeito(s) (real ou potencial):*
- 2.1.23.4.1 Desconformidade com o aparato normativo vigente; não atendimento à demanda do negócio, no prazo pretendido, em face de diligências para retificação do termo de referência; realização de aquisições sem planejamento adequado e, por consequência, sem gestão de riscos associados; contratação que não produza resultados capazes de atender às necessidades da Administração; e responsabilização pelos órgãos de controle.
- 2.1.23.5 *Evidência(s):*
- 2.1.23.5.1 PAD nº 6.714/2017, Doc. nº 90.173/2017 (Formulário Padrão para Contratação de Bens e Serviços - Contratação de serviço de suporte técnico de informática para a biometria); Parecer nº 339/2017 da ASJUR1, item 2.1 (Doc. nº 105.062/2017); PAD nº 6.047/2018, Doc. nº 81.120/2018, pg. 2, 8ª linha da tabela (Ata de reunião - Informação DG referente à dispensa de estudos preliminares para a contratação de serviço de suporte técnico de informática para a biometria); PAD nº 5.022/2017, Docs. nº 116.220/2017 (Termo de Referência - Aquisição de subscrições para Red Hat Enterprise Linux do Data Center do TRE-BA), 133.677 e 133.993/2017 (manifestações da COINFRA e COGELIC, respectivamente, referentes a dispensa de estudos preliminares), 187.498/2017, item 6 (Ata CGTI, reunião de 10/10/2017) e Doc. nº 131.975/2017, (manifestação da ASJUR1); PAD nº 2.266/2017, Docs. nº 31.056 e 31.062/2017 (Formulário Padrão para Contratação de Bens e Serviços e Termo de Referência – relativo à Locação de

Notebooks); PAD nº 7.474/2016, Doc. nº 223.138/2016 (Estudos Preliminares - Referente à Atualização e manutenção do parque de informática); e PLANCONT STIC 2017, 1ª Revisão, vide página 5, última linha, disponível em http://intranet.tre-ba.gov.br/aquisicao-de-bens-e-servicos/plancont/pctic-plano-de-contratacoes-de-tecnologia-da-informacao-e-comunicacao/Plano%20de%20Contratacoes%20CNJ_2017_1aREVISaO.pdf/view, acesso em 4/6/2018.

2.1.23.6 *Esclarecimentos dos responsáveis:*

2.1.23.6.1 Em resposta à RDI nº 31/2018 (PAD nº 8.028/2018, Doc. nº 108.566/2018), a ASJUR1 apresentou considerações quanto à ausência de elaboração de estudos técnicos preliminares nos processos selecionados na amostra, conforme descrito a seguir: a) PAD nº 6.714/2017 (Suporte de Informática para a Biometria) – Tendo em vista que a deliberação acerca da não realização dos aludidos estudos envolveu a Administração Superior e, considerando que o Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação era presidido pelo Diretor-Geral do TRE-BA, a quem também compete autorizar a abertura de procedimento licitatório e celebrar contratos no âmbito deste Regional (consoante incisos VIII e X do Regulamento Interno da Secretaria), a ASJUR1 não propôs qualquer diligência acerca do tema específico. Registrou que, não raro, são submetidas à unidade demandas urgentes que exigem pronto atendimento, com foi o caso da referida contratação. Argumentou que a matriz elaborada pela Coordenadoria de Auditoria aponta como uma das possíveis causas da situação encontrada a insuficiência de cultura organizacional em planejamento de contratações e que, via de regra, a Assessoria Jurídica não participa diretamente do processo de planejamento e/ou de tomada de decisões referentes às contratações no âmbito deste Regional. Afirmou que as manifestações da ASJUR1 são sempre pautadas no respeito às normas e princípios jurídicos, buscando resguardar o interesse público. Acerca da proposta de encaminhamento apresentada pela COAUD, ressaltou que, nos Pareceres Jurídicos exarados em processos cujo objeto envolva contratação de solução de TI, como regra, é verificada a referência, nos autos, aos Estudos Preliminares, diligenciando-se quando tal informação não está contemplada. Pontuou que os estudos preliminares não são objeto de análise da ASJUR1 (razão pela qual não é solicitada a sua juntada ao PAD da contratação), vez que escapam a sua competência. Registrou que, na eventual futura tramitação de processos da mesma natureza em que, igualmente, a Administração superior determine a dispensa de estudos preliminares, a Assessoria, a fim de robustecer a instrução dos autos, passará a recomendar a juntada da ata da reunião que contemple o *decisum* e suas justificativas; b) PAD nº 5.022/2017 (Renovação de licença Red Hat Linux) – registrou que a unidade demandante, no Termo de Referência, justificou a não realização dos Estudos Preliminares aduzindo que o ajuste não se referia à nova contratação de solução de TI, e sim continuidade de uma solução já implantada. Informou que promoveu diligência, vide itens 6.2, 6.3 e 6.4 do Parecer nº 430/2017, com vistas à confirmação de tal argumento, o que ocorreu por meio do Doc. nº 133.677/2017, acostado aos aludidos autos pela Coordenadoria de Infraestrutura. Esclareceu que a ASJUR1 não detém conhecimentos específicos para ratificar ou contestar tal manifestação. Asseverou que os opinativos jurídicos são balizados, quando necessário, por informações técnicas prestadas pelas Unidades competentes, como no caso *sub analysis*. Asseverou que os elementos do PAD evidenciam, salvo melhor juízo, que a Assessoria Jurídica de Licitações e

Contratos, no âmbito de sua atuação, teve o zelo de buscar ratificar a informação dos autos junto à unidade demandante, exarando a sua manifestação com base nos elementos documentados; e c) PAD n.º 2.266/2017 (locação de notebooks para atendimento biométrico), ressaltou que era conhecida a exigência de celeridade na tramitação de todos os processos voltados ao atendimento das atividades relacionadas ao cadastramento biométrico, mormente em vista das metas e prazos a serem cumpridos.

- 2.1.23.6.2 Em resposta à RDI n.º 27/2018 (PAD n.º 8.023/2018, Doc. n.º 108.656/2018), a Presidente do CGovTIC, Comitê que sucedeu o CGTI, informou que desde a edição da Portaria DG n.º 179/2015, que instituiu o Manual do Planejamento das Contratações de Soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação, alinhado ao quanto estabelecido na Resolução CNJ n.º 182/2013, as Unidades do Tribunal, demandantes de solução de TIC, têm elaborado e submetido ao referido Comitê os estudos preliminares que constituem a fase de planejamento das contratações, nos quais são contemplados documentos referentes à análise de viabilidade, sustentação do contrato, estratégia para contratação e análise de riscos.
- 2.1.23.6.3 Acrescentou que, encerrada a mencionada fase de planejamento, o CGovTIC aprecia estes estudos preliminares, deliberando por sua aprovação ou não. Encaminhou, a título de exemplo, lista não exaustiva de processos nos quais teriam sido realizados os estudos técnicos preliminares: PADs n.º 7.474/2016, 5.609, 7.893, 8.517, 8.518 e 15.460/2017. Esclareceu que as situações excepcionais apontadas no achado referiram-se ou a processos de contratação para o Projeto de Biometria, urgentes, tendo em vista o impacto no cumprimento de prazos e metas aprovados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) ou a processo cuja interpretação da área técnica quanto à realização dos estudos preliminares, foi no sentido da sua dispensa, tendo em vista tratar-se de solução já implantada no Datacenter deste Tribunal.
- 2.1.23.6.4 Em resposta à RDI Circular n.º 7/2018 (PAD n.º 9.842/2018, Doc. n.º 124.966/2018), a ASJUR1 reiterou manifestação apresentada nos autos do PAD n.º 8.028/2018, Doc. n.º 108.566/2016.
- 2.1.23.6.5 Por sua vez, a Presidente do CGovTIC (PAD n.º 9.842/2018, Doc. n.º 132.974/2018), reiterou esclarecimento prestado no sentido de que o Comitê acompanha os normativos que regem as contratações de TIC e que as situações de dispensa de utilização do DOD, bem como de elaboração de estudos preliminares, apontadas nos achados, decorreram de situações excepcionais.
- 2.1.23.7 *Conclusão da equipe de auditoria:*
- 2.1.23.7.1 Em que pese ponderações registradas pela ASJUR1 e CGovTIC, tendo em vista que as justificativas que sustentaram decisão no sentido de dispensa de elaboração de estudos preliminares nos processos de contratação de STIC formalizados sob numeração PAD n.º 6.714/2017 (Suporte de Informática para a Biometria), 5.022/2017 (Renovação de licença Red Hat Linux) e 2.266/2017 (locação de *notebooks* para atendimento biométrico), não se coadunam com os permissivos constantes da Resolução CNJ n.º 182/2013, conclui-se pela subsistência do achado e respectivas fragilidades associadas, aperfeiçoando-se, contudo, teor do encaminhamento saneador anteriormente proposto, em alinhamento com o quanto acordado em reunião de comunicação de resultados da presente auditoria, ocorrida em 21/6/2018.

2.1.24 Implantação incompleta das ações previstas para os Grupos 1 e 2 do Plano de Trabalho a que se refere o art. 29 da Resolução CNJ nº 211/2015.

2.1.24.1 *Situação encontrada:*

2.1.24.1.1 Em que pese formalização de Plano de Trabalho para atendimento aos critérios estabelecidos na ENTICJUD 2016-2021, em atenção ao quanto requerido no art. 29, da Resolução CNJ nº 211/2015, da análise do andamento atualizado das iniciativas do referido plano, verificou-se ausência de cumprimento integral de ações elencadas nos grupos de entregáveis 1 (1.3, 1.4, 1.5, 1.6, 1.7 e 1.9 – 50% das iniciativas previstas), referente à governança e gestão de TIC, e 2 (2.1, 2.2, 2.3, 2.4 e 2.5 – 83,33% das iniciativas previstas), atinente a padrões de desenvolvimento e de sustentação de sistemas de informações. Esclareça-se, consoante disposição constante da Resolução CNJ nº 211/2015, que as ações previstas nos grupos 1 e 2 deveriam ser implementadas, respectivamente, até 1º/1/2017 e 1º/1/2018.

2.1.24.2 *Critério(s):*

2.1.24.2.1 Art. 29 da Resolução CNJ nº 211/2015.

2.1.24.3 *Causa(s):*

2.1.24.3.1 Incipiente cultura organizacional em orientação para resultados; incipiente cultura organizacional em gerenciamento de riscos com vistas a assegurar alcance de objetivos e continuidade do negócio; e insuficiência de visão sistêmica nas decisões estratégicas que envolvem demandas por tecnologia da informação.

2.1.24.4 *Efeito(s) (real ou potencial):*

2.1.24.4.1 Deficiência na execução de projetos de TI; incapacidade de sustentar as operações da organização e a redução no valor do negócio na área de TI; não elevação da maturidade do Tribunal em governança e gestão de TI por conta da inexistência de sistema e estrutura de apoio necessários; estabelecimento inadequado de prioridades para ações de segurança da informação; desperdício de recursos em ações não-prioritárias, em detrimento de outras mais críticas; e vulnerabilidade do Órgão em virtude de perda ou comprometimento de informações em caso de interrupção de serviços por causas naturais ou intencionais.

2.1.24.5 *Evidência(s):*

2.1.24.5.1 Plano de Trabalho referente à Resolução CNJ nº 211/2015, disponível em [\\treba\arquivos\STI-GAB\PUBLICA\PAD.6213.2018 Evidências.RDI.24.CNJ\Evidências.item.1.13](#), acesso em 25/5/2018; e respostas da STI ao questionário de auditoria (PAD nº 4.061/2018, Doc. nº 60.976/2018) e à RDI nº 24/2018 (PAD nº 6.213/2018, Doc. nº 87.184/2018).

2.1.24.6 *Esclarecimentos dos responsáveis:*

2.1.24.6.1 Em resposta à RDI nº 27/2018 (PAD nº 8.023/2018, Doc. nº 110924/2018), a Presidente do CGovTIC, Comitê que sucedeu o CGTI, informou que grande parte das ações do Plano de Trabalho a que se refere o art. 29 da Resolução CNJ nº 211/2015, que ainda não foram implantadas, encontram-se em fase de conclusão pelos responsáveis, com monitoramento da referida instância colegiada. De acordo com o estabelecido na Resolução Administrativa TRE-BA nº 17/2018, em seus artigos 29 e 33, as responsabilidades pelo monitoramento e acompanhamento da execução dos planos estratégicos, táticos e operacionais de TIC, estão atribuídas ao CGovTIC e ao CGesTIC, respectivamente.

2.1.24.6.2 Em resposta à RDI Circular nº 7/2018 (PAD nº 9.842/2018, Doc. nº 132.974/2018), a Presidente do CGovTIC informou que, tendo em vista a atualização de informações do Plano de Trabalho a que se refere o art. 29, da Resolução CNJ nº 211/2015, realizada pela STI (PAD nº 10.463/2018), convalida

pelo CGesTIC, e levada a conhecimento daquele Comitê, observa-se que grande parte das ações que compõem os grupos de entregáveis 1 e 2 do referido Plano foram concluídas, encontram-se em andamento ou foram parcialmente atendidas.

2.1.24.6.3 Ademais, acrescentou que o CGovTIC determinará ao CGesTIC o efetivo acompanhamento do cumprimento das iniciadas do Plano de Trabalho, bem como reporte periódico dos resultados apurados.

2.1.24.7 *Conclusão da equipe de auditoria:*

2.1.24.7.1 Preliminarmente, registre-se que da análise dos dados atualizados do Plano de Trabalho a que se refere o art. 29, da Resolução CNJ nº 211/2015, verificou-se a redução do percentual de itens de entregáveis ainda pendentes de cumprimento para 33% (itens 1.4, 1.5, 1.6 e 1.7), no que tange ao grupo 1, referente à governança e gestão de TIC, e 50% (2.2, 2.4 e 2.5), no que tange ao grupo 2, atinente à padrões de desenvolvimento e de sustentação de sistemas de informações.

2.1.24.7.2 Dessa forma, em que pese registro de esforço no sentido de cumprimento das ações previstas nos grupos 1 e 2 do referido Plano de Trabalho, enquanto não integralizadas as medidas propostas subsistirá a fragilidade ora evidenciada.

2.1.24.7.3 Adicionalmente, em atenção ao teor do art. 33, inciso XI, da Resolução Administrativa TRE-BA nº 17/2018, opina-se pela reformulação de encaminhamento anteriormente proposto.

2.1.25 Ausência de realização de exames de auditoria na área de governança e gestão de TIC nos exercícios de 2015, 2016 e 2017.

2.1.25.1 *Situação encontrada:*

2.1.25.1.1 Ausência de priorização, observada matriz de critérios objetivos (materialidade, relevância, criticidade e riscos), de ações fiscalizatórias com o objetivo de avaliar governança e gestão de TIC, bem como aspectos relacionados às Resoluções CNJ nº 182/2013 e 211/2015, à segurança da informação e respectivos controles internos instituídos, nos planos anuais de auditoria relativos aos exercícios 2015, 2016 e 2017.

2.1.25.1.2 Esclareça-se que, o lapso temporal desde a última realização de auditoria de idêntico objeto é critério considerado por este Regional quando da relativização de escala de priorização de ações fiscalizatórias, de modo a evitar concentração de esforços e recursos, num mesmo objeto, por exercícios consecutivos, em detrimento da avaliação de objetos também reportados relevantes para a gestão do Tribunal, em face de criteriosa avaliação realizada e da reduzida capacidade operacional da Coordenadoria de Auditoria (COAUD) e respectivas unidades vinculadas.

2.1.25.1.3 Registre-se, por consequência, que a realização de auditoria voltada à avaliação de aspectos de governança e gestão de TI, em 2013, e da adesão deste Regional ao quanto determinado pela Resolução CNJ nº 182/2013, em 2014, por meio de Auditorias Coordenadas do CNJ, resultou na não priorização da temática nos planos de 2015 a 2017, sendo o referido objeto contemplado novamente no PAA de 2018.

2.1.25.2 *Critério(s):*

2.1.25.2.1 Acórdão TCU Plenário nº 1233/2012, subitens 9.10.1, 9.10.2, 9.13.15 e 9.15.19.

2.1.25.3 *Causa(s):*

2.1.25.3.1 Reduzida capacidade operacional da equipe de auditoria interna da COAUD.

2.1.25.4 *Efeito(s) (real ou potencial):*

2.1.25.4.1 Extensão do lapso temporal entre avaliações sucessivas na área de governança e gestão de TIC organizacional.

2.1.25.5 *Evidência(s):*

2.1.25.5.1 Planos Anuais de Auditoria da COAUD referentes aos exercícios 2015, 2016, 2017 e 2018, acessíveis em <http://www.tre-ba.jus.br/servicos-judiciais/mural-do-controle-interno/planos-de-atividades-de-auditoria>, acesso em 29/6/2018.

2.1.25.6 *Esclarecimentos dos responsáveis:*

2.1.25.6.1 Considerando avaliação realizada junto à Presidência deste Regional, em face das ações elencadas em Plano de Ação com vistas ao aprimoramento do perfil de governança e gestão de TIC, no âmbito do TRE-BA, deliberou-se pela realização de ações fiscalizatórias na área de TI, anualmente, sendo em um ano, auditoria propriamente dita, e no ano subsequente, monitoramento formal do cumprimento dos encaminhamentos propostos no exercício anterior.

2.1.25.7 *Conclusão da equipe de auditoria:*

2.1.25.7.1 Tendo em vista deliberação da Presidência deste Regional no sentido de realização de ações fiscalizatórias anuais de avaliação ou monitoramento, e efetiva previsão, no Plano Anual de Auditoria referente ao exercício 2018, da presente Auditoria Coordenada CNJ/Poder Judiciário, em governança e gestão de TI, conclui-se pela elisão do achado anteriormente evidenciado, dispensando-se, portanto, formulação de encaminhamento saneador.

3 BOAS PRÁTICAS DE GESTÃO

3.1 A análise do conjunto probatório reunido ao longo da execução do presente procedimento de auditoria evidenciou, ainda, achados positivos, consubstanciados em boas práticas de gestão, merecendo destaque a formalização de plano de ação, por meio do PAD nº 11.402/2017, visando à coordenação de esforços de múltiplas unidades, num prazo definido, para aperfeiçoamento do perfil de Governança e Gestão de TIC em face das práticas referenciais requeridas pelo CNJ, em levantamento de governança de TI realizado em 2017.

3.2 O referido plano de ação resultou na formalização de diretrizes, políticas e processos de gerenciamento de TI e de segurança da informação no âmbito organizacional, consoante explicitado na seção conclusiva do presente relato, robustecendo bases para a implementação do quanto normatizado e consequente elevação do perfil de governança, gestão de riscos e controle interno da área de TIC do TRE-BA.

4 CONCLUSÕES

4.1 Da avaliação da adesão deste Regional aos conteúdos estabelecidos para a governança e gestão de TIC, considerando projetos, processos, riscos e resultados de TI, conclui-se pela aderência parcial do TRE-BA aos padrões internacionalmente aceitos, bem como às Resoluções CNJ nº 91/2009, 182/2013, 198/2014 e 211/2015, Resolução TSE nº 23.501/2016 e ao perfil de governança de TI traçado pelo TCU, com verificação de esforços significativos, ao longo dos exercícios 2017 e 2018, no sentido de aperfeiçoamento do perfil de governança e gestão sinalizado, de forma referencial pelos Órgãos de Controle Externo, em levantamentos temáticos realizados.

4.2 Assim, analisadas as fontes de informação selecionadas e interpretados os resultados dos testes aplicados ao longo da presente ação fiscalizatória, observadas questões de auditoria padronizadas pelo CNJ, concluiu-se pela subsistência das seguintes fragilidades: deficiência de incentivos para desenvolvimento e retenção de pessoal; ausência de efetiva comunicação com partes interessadas acerca de decisões e resultados de TI; ausência de revisão do PETI 2016-2021 e mensuração do respectivo desempenho; ausência de

mapeamento das competências necessárias para o pessoal de TI; ausência de acompanhamento dos resultados do Plano Anual de Capacitação de TI; deficiente acompanhamento do desempenho do pessoal de TI; indefinição de perfil quantitativo e qualitativo ideal da força de trabalho de TI; insuficiente formalização de processos de gerenciamento de TI; ausência de gerenciamento de riscos de TI; insuficiente avaliação de desempenho dos serviços de TI; insuficiente formalização de processos de gestão da segurança da informação; ausência de utilização de metodologia de gerenciamento de projetos institucional, na condução dos projetos de TI; deficiente utilização do Documento de Oficialização da Demanda (DOD) nas contratações de solução de TI objeto da amostra; deficiente formalização de estudos técnicos preliminares nas contratações de solução de TI objeto da amostra; e implantação incompleta das ações previstas para os Grupos 1 e 2 do Plano de Trabalho a que se refere o art. 29, da Resolução CNJ nº 211/2015.

4.3 Necessário consignar ainda que, observadas ações executadas no decorrer do presente trabalho de auditoria, verificou-se a implementação de avanços tendentes a aperfeiçoar o processo auditado, com a elisão dos seguintes achados preliminares: a) ausência de formalização de sistema, política ou processo de gestão de riscos organizacional, elidido através da publicação das Resoluções Administrativas TRE-BA nº 16 e 17/2018; b) ausência de Plano Diretor de Tecnologia da Informação, afastado através da publicação da Portaria da Diretora-Geral nº 75/2018; c) ausência de formalização de processo de *software*, elidido por meio da publicação da Portaria da Presidência nº 80/2018; d) ausência de Escritório de Projetos de TI ou unidade que realize atividades equivalentes, afastado por meio da publicação da Resolução Administrativa TRE-BA nº 17/2018; e) ausência de realização de exames de auditoria na área de governança e gestão de TIC nos exercícios de 2015, 2016 e 2017, considerando inclusão, no PAA2018, da presente auditoria na área de governança e gestão de TIC; f) ausência de formalização de Plano de Continuidade de Serviços Essenciais de TI, afastado por meio da publicação da Portaria da Diretoria-Geral nº 92/2018; g) ausência de formalização de Acordo de Nível de Serviço (ANS) para os serviços de TI, elidido por meio da publicação da Portaria da Diretoria-Geral nº 91/2018; h) insuficiente atuação da Comissão Tática de TI relativamente às finalidades e atribuições estabelecidas em seu ato constitutivo, afastado em virtude de registro da atuação do CGestic de acordo com o previsto no art. 33, da Resolução Administrativa TRE-BA nº 17/2018; e i) insuficiente atuação da Comissão de Segurança da Informação, em face das atribuições previstas no art. 23, da Resolução TSE nº 23.501/2016; elidido em virtude de registro de sua atuação em consonância com as competências elencadas no art. 36 da Resolução Administrativa TRE-BA nº 17/2018.

4.4 Registram-se, ademais, ações executadas pelos gestores voltadas ao aprimoramento do processo auditado, notadamente: criação de espaço próprio, na página da internet do Tribunal, para divulgação das diretrizes e decisões afetas à governança e gestão de TIC, inicialmente alimentado pela COPEG; instituição do Programa de Reconhecimento de Servidores da área de Tecnologia da Informação e Comunicação, TI VALORIZA, por meio da Portaria nº 369, de 11 de julho de 2018, da Presidência desta Corte, com previsão de atuação conjunta da Seção de Desenvolvimento Organizacional e STI na implementação do projeto; expedição, pela SGA, do Memorando-Circular nº 01/2018/SGA/GAB, dirigido às possíveis unidades demandantes de Soluções de TIC do Tribunal, reiterando a importância e necessidade de serem estritamente observadas as determinações previstas na Resolução CNJ nº 182/2013, na Portaria da Diretoria-Geral nº 179/2015 e no Manual de Planejamento de Soluções de TIC do TRE-BA, especialmente no que tange à utilização do DOD (constante no Anexo I do referido

manual) quando da inicialização de demandas de STIC, nos termos dos §§4º e 5º do art. 12 da mencionada Resolução; e manifestação da Diretoria-Geral no sentido de que será designado grupo de trabalho para atualização do Manual de Planejamento de Contratações de Soluções de TIC do TRE-BA.

- 4.5 Acrescente-se que outros normativos e práticas referentes à matéria auditada também foram formalizados, num claro esforço de elevar a maturidade do Órgão no trato com questões afetas à TIC possibilitando, dessa forma, resguardar a instituição, seus gestores, servidores, clientes externos e o erário de desvios, falhas, danos e incidentes de segurança da informação através de diretrizes, procedimentos, controles, ações e práticas claramente definidas, a exemplo de: Política de Gestão de Pessoas de TI (Resolução Administrativa TRE-BA nº 18/2018); processos de gerenciamento de TI – de catálogo de serviços (Portaria DG nº 69/2018); de continuidade dos serviços de TI (Portaria DG nº 73/2018); de ativos de TI (Portaria DG nº 74/2018); e de nível de serviço (Portaria DG nº 70/2018) – ; aprovação do Caderno de Indicadores e Metas de Medição associado ao PETI 2016-2021 (Resolução Administrativa TRE-BA nº 21/2018); regulamentação da aplicação da Lei n.º 12.527/2011 (LAI) no âmbito deste Regional (Resolução Administrativa TRE-BA nº 20/2018); e criação do PAD nº 7.228/2018, visando servir de “Repositório de Atas CGTI”, dentre outras boas práticas.
- 4.6 Nesse sentido, dada a conotação de área estratégica para o negócio e o volume de recursos envolvidos, notadamente no que tange às contratações de STIC, a estruturação de aspectos de governança e gestão associados à TIC institucional, apresenta-se como pressuposto de extrema relevância para o alcance da missão e da visão de futuro estabelecidos no Planejamento Estratégico de TI do TRE-BA e, via de consequência, no próprio Planejamento Estratégico do Órgão, assegurando, assim, a efetiva criação de valor para as partes interessadas, princípio basilar de governança de qualquer organização.
- 4.7 Assim, espera-se que os encaminhamentos propostos em seção delineada na sequência auxiliem a Alta Administração e demais áreas envolvidas no processo de governança e gestão de TI a sanear as fragilidades ora evidenciadas e ainda subsistentes, bem como a assegurar a realização, na prática, da missão deste Regional.

5 PROPOSTAS DE ENCAMINHAMENTO

- 5.1 No tocante às vulnerabilidades evidenciadas no item 2, submete-se ao exame superior, visando posterior apreciação pela Presidência desta Casa, as seguintes propostas de encaminhamento:
- 5.1.1 Determinar à SGP que, observado o prazo de 90 dias, apresente plano de ação contemplando iniciativas a serem desenvolvidas com vistas a assegurar a implementação do quanto disposto na Política de Gestão de Pessoas de TI do TRE-BA, notadamente quanto a aspectos afetos ao desenvolvimento de competências, gestão da força de trabalho, avaliação de desempenho, seleção de líderes, retenção de talentos e avaliação de resultados de capacitação, em alinhamento com o quanto requerido na Seção III, do Capítulo III, da Resolução CNJ nº 211/2015, bem como nos arts. 2º, incisos IV, VI e VII, 3º, inciso II, 4º, 5º e 6º, da Resolução Administrativa TRE-BA nº 18/2018 (Ref. subitens 2.1.2, 2.1.6, 2.1.7, 2.1.8 e 2.1.9);
- 5.1.2 Determinar à STI que dê início à mensuração dos índices estabelecidos no Caderno de Indicadores e Metas de Medição do PETI 2016-2021, aprovado por meio da Resolução Administrativa TRE-BA nº 21/2018, procedendo ao devido reporte e

- divulgação dos resultados apurados, observadas diretrizes fixadas (Ref. subitens 2.1.3, 2.1.4 e 2.1.14);
- 5.1.3 Determinar ao CGovTIC e ao CGesTIC que, observado o prazo de 30 dias, instituem rotina destinada a assegurar a divulgação, às partes interessadas (público interno e externo), de diretrizes e decisões afetas à governança e gestão de TI, respectivamente (Ref. subitem 2.1.3);
 - 5.1.4 Recomendar à STI que, observado o prazo de 90 dias, formalize os seguintes processos de gerenciamento: do portfólio de serviços; de eventos; e de acesso (Ref. subitem 2.1.10);
 - 5.1.5 Recomendar à STI que, observado o prazo de 120 dias contados da publicação do Manual de Gestão de Riscos organizacional, proceda à elaboração do Plano de Tratamento de Riscos a que se refere o art. 23, da Resolução Administrativa TRE-BA nº 16/2018, assegurando seu efetivo cumprimento em alinhamento com o modelo de gestão de TIC planejar-construir-executar-monitorar (Ref. subitem 2.1.13);
 - 5.1.6 Determinar ao CGesTIC que, observado o prazo de 90 dias, proceda à elaboração de planos táticos e operacionais da área de TI alinhados ao quanto previsto no PEI e PETI 2016-2021, acompanhando, ainda, sua execução (Ref. subitem 2.1.15);
 - 5.1.7 Determinar à CSI que proceda à elaboração de Plano de Continuidade de Negócios, em cumprimento ao quanto requerido no art. 14, da Resolução TSE nº 23.501/2016, submetendo-o à apreciação do Conselho de Governança Organizacional (Ref. subitem 2.1.18);
 - 5.1.8 Determinar à CSI que proceda à elaboração de minuta de normativo destinado a regulamentar o uso de recursos criptográficos, no âmbito do TRE-BA, em atenção ao quanto requerido no art. 20, da Resolução TSE nº 23.501/2016, submetendo-a à deliberação do CGovTIC (Ref. subitem 2.1.18);
 - 5.1.9 Recomendar à STI que, com o apoio da COPEG, dê início à utilização da metodologia de gerenciamento de projetos organizacional na condução dos projetos de TIC (Ref. subitem 2.1.20);
 - 5.1.10 Recomendar à Diretoria-Geral que, observado o prazo de 30 dias, designe grupo de trabalho para atualização do Manual de Planejamento de Contratações de Soluções de TIC do TRE-BA, aprovado por meio da Portaria DG nº 179/2015, contemplando, inclusive: a) revisão das hipóteses de dispensa de estudos preliminares, de modo a restringi-las ao quanto previsto no art. 12, da Resolução CNJ nº 182/2013; e b) revisão do fluxo de atividades, de modo a assegurar a análise jurídica dos estudos preliminares e termo de referência posteriormente à aprovação da unidade demandante e previamente à apreciação do CGovTIC (Ref. subitens 2.1.22 e 2.1.23);
 - 5.1.11 Determinar ao CGovTIC que não proceda à dispensa de utilização de Documento de Oficialização da Demanda (DOD), bem como de elaboração de estudos preliminares referentes à contratação de Solução de TIC, exceto, quanto a estes últimos, nas hipóteses estritamente enquadradas nos permissivos elencados na Resolução CNJ nº 182/2013 (Ref. subitem 2.1.22 e 2.1.23);
 - 5.1.12 Recomendar ao CGovTIC que, observado o prazo de 30 dias, determine às unidades responsáveis pela execução das ações integrantes dos grupos de entregáveis 1 e 2, do Plano de Trabalho a que se refere o art. 29, da Resolução CNJ nº 211/2015, que

priorizem a execução do quanto proposto, ainda no exercício 2018, de modo a minorar impactos na execução das iniciativas referentes aos grupos 3 e 4 (Ref. subitem 2.1.24); e

- 5.1.13 Recomendar ao CGovTIC que determine ao CGesTIC o efetivo acompanhamento do cumprimento das iniciativas do Plano de Trabalho a que se refere o art. 29, da Resolução CNJ nº 211/2015, bem como o reporte periódico de resultados apurados, visando instrumentalizar a tomada de decisão no sentido de asseguar a implementação de práticas requeridas, observados os prazos fixados (Ref. subitem 2.1.24).

Salvador - BA, 6 de agosto de 2018.

MARIA REGINA RIBEIRO SANTANA
Auditora Interna e Chefe da SEALIC

RICARDO NASCIMENTO CANTHARINO
Auditor Interno e Chefe Substituto da SEAGO

ÂNGELA ROBERTA E. GONZAGA
Auditora Interna

ANDRÉA BARBOSA DE ARGÔLO
Auditora Interna

EDUARDO MACHADO OLIVEIRA
Auditor Interno

ARLETE ALVES R. DE CARVALHO
Auditora Interna

GERALDO MAJELLA N. DE MOURA
Auditor Interno

CATIUSCIA DANTAS ABREU OLIVEIRA
Secretária de Auditoria Interna e Supervisora
dos Trabalhos